



Fenavist

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Brasília - Dezembro / 2008 Ano VI - nº 11

Impresso Especial

9912194210-DR/BSB
FENAVIST

... CORREIOS ...



7 • Lei 102

25 *anos* de controle federal da segurança privada

VI Congresso FEPASEP

Congresso discute futuro da Segurança Privada

Retrospectiva 2008

Fenavist no caminho certo

Entrevista

Laércio Oliveira



Como anda a segurança dos seus clientes?

A segurança dos seus clientes é algo que a cada dia torna-se mais vulnerável. Para combater isso, a Segware oferece novas tecnologias e as melhores soluções em segurança eletrônica. Conheça a família Sigma Security Suite e inove nos serviços prestados por sua empresa. É mais tranquilidade para quem precisa da sua segurança.

Conheça nossos produtos no site www.segware.com.br





Conquistas e novas perspectivas

Há muito tempo a Fenavist vem trabalhando incansavelmente pelo desenvolvimento da segurança privada. Para sermos mais exatos, há 19 anos, que se tornarão 20 em março do próximo ano. O nosso vigésimo aniversário promete ser cheio de novos desafios e trabalhos importantes, principalmente se levarmos em conta os resultados de 2008.

Este ano mais uma vez desenvolvemos ações que contribuíram para o desenvolvimento e crescimento da atividade dentro e fora do país. Abrimos os trabalhos com uma missão à França e à Espanha, onde cerca de 60 pessoas, incluindo representantes da Polícia Federal, do Banco Central, da Febraban e do Banco do Brasil, tiveram a oportunidade de trocar informações e conhecer o que há de mais moderno na segurança privada hoje. Ainda internacionalmente, participamos em outubro do VI Congresso da Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep), na Guatemala.

Sempre com o intuito de difundir o conhecimento, promovemos o Fórum Empresarial Fenavist 2008. Também iniciamos um ciclo de palestras que, além de divulgar a atividade e combater a clandestinidade, apresentará temas do interesse da sociedade em geral, como, por exemplo, a palestra inicial intitulada "Seu Direito de Não Ser Vítima", realizada em Brasília no mês de outubro.

Não podemos esquecer que mantivemos nossa constante batalha com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que continuaram a publicar estudos e tabelas de encargos que sequer levam em conta os gastos com as obrigações legais que uma empresa deve cumprir. Nossas Consultorias, tanto Jurídica quanto Econômica, contestaram todas as incoerências e conseguimos avanços para a atividade.

Nossa parceria com a PF permaneceu forte. Continuamos a ajudar a entidade a divulgar o Gesp. Além disso, fomos brindados pela operação Varredura, que já passou por praticamente 50% dos estados brasileiros, cujo objetivo é combater a clandestinidade e orientar a população sobre a necessidade de contratar empresas legalizadas. Contudo, talvez o trabalho mais importante desenvolvido pela Fenavist em parceria com a Polícia Federal se refira ao Estatuto da Segurança Privada. Este ano avançamos muito no que diz respeito à aprovação de uma nova lei que pretende atender às reais necessidades do segmento.

Por falar em legislação, em 2008 a segurança privada comemora os 25 anos da Lei nº 7.102/1983, publicada em julho, mas que só passou a valer de fato no dia 24 de novembro daquele ano, com a edição do Decreto nº 89.056/1983 que a regulamentou. Na época foi um grande avanço para a atividade, que até então não era regida por nenhuma norma específica. Além disso, a publicação da lei elevou nossa atividade ao *status* de atividade legal. Desde então, ela sofreu algumas alterações. Contudo, ao completar um quarto de século em vigor, a lei, que já apresenta algumas falhas devido à questão temporal e à rapidez com que as mudanças na atividade têm acontecido, continua sendo uma das melhores legislações do mundo, a base do texto do Estatuto da Segurança Privada.

Para finalizar, gostaria de agradecer todas as pessoas que estiveram ao lado da Federação em 2008 e que nos ajudaram a lutar pelo segmento de Segurança Privada. Convido, também, a todos os empresários para que no próximo ano possamos trabalhar unidos em busca de novos objetivos.

Obrigado e um excelente 2009!



Jerfferson Simões
Presidente da Fenavist

SUMÁRIO

03 Editorial

Conquistas e novas perspectivas

06 Internacional

Evento discute futuro do segmento

10 Capa

25 anos da Lei nº 7.102

16 20 anos

Em 2009, Fenavist comemorará a data

18 Polícia Federal

CGCSP comemora os bons resultados de 2008

20 Entrevista

Laércio Oliveira

28 Retrospectiva 2008

Fenavist no caminho certo

40 Sindicatos

Notícias estaduais

42 Gente

Destaques do segmento





Fenavist
Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transportes de Valores

Presidente
Jerfferson Simões

Vice-Presidente Nacional
Agostinho Rocha Gomes

Vice-Presidentes
Edson Pinto Neto, Victor João Cúgola, José Pacheco Ferreira, Vagner Jorge, Lélvio Vieira Carneiro, Frederico Carlos Crim Câmara, Francisco Lopes, Jerfferson Furlan Nazário, Aroldo Gonçalves da Costa, João Eliezer Palhuca, Maurício da Silva Alves, Antônio Geraldo Perovano, Urubatan Estevam Romero, Guilherme Alexandre da Silva Santos, Odair de Jesus Conceição, Sebastião Divino de Souza, Marcos Félix Loureiro, Ari Luis Favero Dal Bem, Ivan Zanardo, Autair Iuga

Vice-Presidentes Adjuntos
Laércio José de Oliveira, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Sílvio Carvalho de Araújo, Marino Eugênio de Almeida, Waldemar Pellegrino Júnior, René Rodrigues de Mendonça, André Luiz Costa Machado, Eraldo Dodero Reis, José Raimundo Salles de Oliveira, Wilson da Costa Ritto Filho, Raimundo Nonato Rodrigues Coelho, Nilson da Costa Ritto, Fábio de Oliveira Rezende, César Marques de Carvalho, Elson Batista Ramos, Antônio Abílio Marques Cordero, Domingos Alcântara Gomes, Ivan Hermano, Renato Fortuna Campos, Ernani Luiz de Miranda, José Rossini A. Braulinio, José Elcino Rodrigues Bueno

Conselho-Fiscal
Leonardo Moreira Prudente, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Antônio Fernando Pereira de Carvalho

Conselho-Fiscal Adjunto
Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Edmilson de Souza Ramos, Alexandre Gomes de Albuquerque

Delegados-Representantes
Lélvio Vieira Carneiro
Jerfferson Simões

Delegados-Representantes Adjuntos
Marcelo Oliveira Borges
Leonardo Moreira Prudente

Conselho de Ex-Presidentes
Eunício Lopes de Oliveira
Lélvio Vieira Carneiro
Cláudio da Silva Neves

Diretora-Superintendente
Rosângela Menezes

JORNALISTA RESPONSÁVEL E EDITOR
Luís Augusto Evangelista
DF 7233
ascom@fenavist.org.br

DIAGRAMAÇÃO
Easy Comunicação Visual
Fone: 55 61 9109-3868
easycomunicacao@gmail.com

REVISÃO
Fátima Loppi
fatima.loppi@gmail.com

GRÁFICA
Athalaia
Fone: 55 61 3343-4100
athalaia.com.br

TIRAGEM
5.500 exemplares
distribuição nacional

Ed. Confederação Nacional do Comércio
SBN Qd. 1 - Bl. B - 7º andar - sala 701 CEP: 70040-000
Brasília - DF - Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

Congresso discute futuro da segurança privada

Empresários, forças policiais e autoridades políticas estiveram reunidos na Guatemala para discutir o futuro do segmento

■ Texto: Gleuber Vilela

Com o objetivo de unir o setor em torno de objetivos comuns para fortalecer a segurança privada e garantir o crescimento da atividade no continente americano, a Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep) realizou, entre os dias 7 a 9 de outubro de 2008, o VI Congresso Pan-Americano de Segurança Privada, na Guatemala.

O Congresso contou com a participação de empresários de segurança privada, funcionários públicos, oficiais das forças armadas e da polícia, acadêmicos e consultores internacionais. Representantes do Brasil, da Guatemala, do México, de Honduras, da Nicarágua, do Panamá, da Colômbia, do Equador, do Peru, do Chile, da Argentina, da Venezuela, do Uruguai, do Paraguai e da Espanha estiveram presentes.

O VI Congresso Pan-Americano de Segurança Privada, promovido pela Câmara de Seguridad de Guatemala com o apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), teve diversas palestras e momentos de discussões para promover intercâmbio de informações e troca de experiências. Para o presidente da Fepasep, Fernando Freile Neira,

esses momentos são de suma importância, pois neles são debatidos inúmeros temas que enriquecem o setor. “Podemos conhecer diversos pensamentos e diversos pontos de vista dos expositores, tanto locais como internacionais. O congresso da Guatemala cumpriu as expectativas desde o momento do seu lançamento, pois mostrou como se encontra a segurança privada nos diferentes países de língua espanhola”, comentou Neira.

Os participantes assistiram a várias palestras, como a do presidente da Fenavist, Jefferson Simões, que explicou sobre os impactos da globalização sobre o setor. Simões ressaltou a importância de eventos como o Congresso para a segurança privada, por promoverem troca de experiências, busca de soluções para os problemas do ramo e levantamento de sugestões para aprimoramento da atividade.

Outro brasileiro a proferir palestra foi o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Adelar Anderle, que abordou o tema “As Políticas Públicas de Segurança”. “Julgo de suma importância nossa participação lá na Guatemala pelo fato de podermos comparar nosso sistema de segurança privada com os demais. O Segundo ponto muito importante é



Comitiva brasileira participa do VI Congresso

que concluímos não existir nenhum setor da segurança privada que sobreviva sem o efetivo controle do Estado. Se não há esse controle, o mercado pode se tornar selvagem e acabar se anulando”, explica Anderle.

Além dos brasileiros, os participantes puderam assistir a palestras com especialistas de diversos países: “A Globalização da Segurança Privada”, com Jaime Higuera Serrano, da Colômbia; “Onde está a Segurança Privada na América Latina”, com Aquiles Gorini, da Argentina; “A Nova Abordagem da Segurança Privada: O Caso Equador”, com Fernando Freile, do Equador; “Legislação, Regulamentação e Regras da Segurança Privada: O Caso México”, com Jose Luis Rojo, do México.



oportunidade para troca de experiência e uma forma de inovar no segmento. Para Jaldo Mendes, diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia, o evento é muito importante para o segmento de Segurança Privada, pela oportunidade de debater temas importantes e possibilitar a troca de experiências e de conhecimentos com outros países e pessoas. “Esse evento reuniu indivíduos comprometidos com a segurança privada e que compartilham uma visão de crescimento sustentado na América do Sul. Foi uma honra participar de um evento tão dinâmico”, ressalta Mendes. Enio Back, diretor do Grupo Back, considera o Congresso válido, por proporcionar a possibilidade de comparar a legislação aplicada nos países da América Central e América



Adelar Anderle e Jefferson Simões foram palestrantes do evento

do Sul. “Mesmo com uma legislação já incapaz de suprir as necessidades mercadológicas brasileiras, ainda assim estamos muito à frente de alguns países e espero e acredito que, quando da aprovação da reforma da Lei nº 7.102, seremos exemplo a ser seguido por outros países”, conclui Back.▼



Congresso Pan-Americano de Segurança Privada

No segundo dia, o público acompanhou as seguintes explicações: “Segurança Corporativa”, com Alfredo Iturriaga, do Chile; “Segurança da Cadeia Logística do Comércio Internacional”, Alfonso Campins, da Guatemala; “Tecnologia e Gestão de Segurança”, Maurício Salmont, dos Estados Unidos; “A Administração de uma Bem-Sucedida Empresa de Segurança”, com Javier Pérez Calvo, do Peru; “Violência na América Latina e das Caraíbas: o caso Colômbia”, com Felipe Muñoz Gómez, da Colômbia; e “No Reforço da Segurança e do Respeito às Instituições Democráticas”, com Omar Garrido, do Panamá.

A comitiva brasileira contou com 12 pessoas. Para quem participou do Congresso, o encontro propiciou

Congresso Mundial 2009

Com o objetivo de buscar novos avanços na segurança privada e promover a troca de experiências entre as empresas de todo o mundo, em 2009 será realizada mais uma edição do Congresso Mundial de Segurança (WSC), na cidade de Madri, na Espanha. Assim como em todas as edições anteriores, desde 2002, na Malásia, o Congresso Mundial constituirá uma oportunidade para debates sobre temas fundamentais para o crescimento da atividade de segurança privada no mundo.

Estarão na pauta do Congresso importantes conferências e palestras sobre a interface entre segurança pública e privada, novas propostas de segurança em áreas estratégicas, oferta e demanda para a segurança corporativa, tendências e modelos de capacitação profissional e empresarial, legislação e regulamentação da segu-

rança privada, novos serviços, novas aplicações e tecnologias de proteção à informação, entre outros.

Esta será a primeira vez que a Europa sediará o evento. Até por isso, a expectativa é muito grande, já que a última edição do evento, realizada no Brasil em 2007, na cidade baiana de Salvador, alcançou grande sucesso. Representantes de cerca de 40 países estiveram presentes. Problemas comuns foram discutidos, soluções encontradas. Traçou-se um novo cenário para a atividade em todo o mundo.

Organizado pela Federação Mundial de Segurança, em inglês World Security Federation (WSF), com o apoio de várias entidades, incluindo a Fenavist, o World Security Congress promete ser novamente um marco para a segurança mundial.





Fenavist discute IN 02

Sempre preocupada em estar atualizada para atender melhor os associados, a Fenavist participou, por intermédio de sua assessoria parlamentar, do Seminário "O que muda com a Instrução Normativa nº. 2/2008". O evento, promovido entre os dias 22 e 24 de setembro, no Hotel Naoum em Brasília, teve como objetivo estimular as empresas a fazerem um planejamento estratégico de suas atividades e, desse modo, alcançarem um método de gestão de serviços mais tranquilo e eficiente. Entre os assuntos abordados, os palestrantes orientaram sobre a contratação de serviços terceirizados com mais segurança, com base na observação se a contratada tem capacidade de arcar com o que prometeu e meios de identificar contratos inexecutáveis ou dispendiosos, pontos de fundamental importância para o setor de segurança privada.

Fenavist é recebida pelo ministro do Trabalho

No dia 21 de outubro, o presidente da Fenavist, Jefferson Simões, participou de audiência com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi, para discutir a jornada 12 por 36 horas e o intervalo intrajornada. O encontro contou com a presença do secretário de Relações do Trabalho, Luis Antônio Medeiros, e da assessora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira. Na pauta, estiveram presentes assuntos como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 168 e as medidas de combate à clandestinidade. O presidente da Federação saiu da reunião com a promessa de que o ministro irá promover uma reunião com seus técnicos e provocar as duas partes, patronal e laboral, para dar origem a um documento que venha a resolver os problemas enfrentados pelas empresas e vigilantes.

Foto: Fenavist



Luis Antônio Medeiros, Carlos Luppi, Jefferson Simões

Fenavist participa de evento da Polícia Militar

O presidente da Fenavist, Jefferson Simões, foi um dos convidados pela Polícia Militar para ministrar a palestra "Segurança Pública e Privada: Interface e Complementaridade", no 2º Congresso Nacional de Oficiais Militares Estaduais (Coname), realizado em Brasília, entre os dias 29 e 31 de outubro. O evento teve como objetivo discutir assuntos de interesse geral das instituições militares, estados e sociedade brasileira. O coordenador-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Adelar Anderle, também falou sobre segurança privada para os participantes. Paralelamente ao Congresso, aconteceram o Encontro Nacional de Comandantes Gerais de Polícia, Bombeiros Militares e Chefes da Casa Militar e a Feira Internacional de Segurança (Feiseg), com produtos e tecnologias da área de segurança.



A importância da segurança corporativa nas empresas

A competitividade da economia globalizada impõe às empresas a necessidade de renovação e atualização constantes



José Adir Loiola
Presidente do Sesvesp

A competitividade da economia globalizada impõe às empresas a necessidade de renovação e atualização constantes. Conceitos sobre meios de manter a saúde financeira e aumentar a lucratividade dos negócios tornam-se obsoletos à medida que novas demandas e desafios aparecem diante das corporações. Um bom exemplo desse cenário de transformações é a mudança de importância que a segurança corporativa teve nos últimos anos na estratégia empresarial.

Antigamente, a segurança corporativa era classificada como mais um custo que não agregava valor aos empreendimentos. Não possuía sequer departamento próprio. Era vista apenas como um mal necessário ao qual se recorria de maneira reativa, ou seja, depois de perdas patrimoniais por furtos ou roubos.

As dinâmicas de mercado trataram de quebrar esse paradigma. As práticas de gestão antes consideradas decisivas, como diminuição de custos operacionais e financeiros, fidelização da clientela, eficiência na cadeia logística e qualificação de quadros profissionais, já não bastam para que as corporações aumentem seus lucros. Se antes eram diferenciais, agora são essenciais e obrigatórias.

Diante da necessidade de encontrarmos outro elemento que permita às empresas concorrerem com mais força no mercado, algumas vislumbraram na segurança corporativa esse novo diferencial competitivo. Na mente de grandes empresários, segurança é uma área de apoio estratégico para o crescimento e desenvolvimento das corporações.

A atitude de investir em segurança, com a contratação de uma prestadora de serviço de vigilância patrimonial e a criação de um cargo de diretoria específico para cuidar dessa estratégia, acarreta uma série de benefícios econômicos que compensam em curto e longo prazo os custos iniciais. Além disso, protege o capital tangível das corporações, ao reduzir perdas materiais e de informações de toda a ordem; mantém a salvaguarda do capital intangível; preserva a marca das empresas e preserva sua boa imagem perante investidores e consumidores.

Como presidente do sindicato que congrega as empresas de segurança privada, ressalto nosso dever de trabalhar pela idoneidade e qualidade do setor, combatendo a clandestinidade e demais práticas ilegais e promovendo a capacitação de quadros profissionais, como contribuição para o crescimento dos mais diversos empreendimentos e, assim, auxiliar no desenvolvimento econômico do País.✈

Lei nº 7.102: 25 anos de controle federal da segurança privada

Com a publicação do Decreto nº 89.056 no dia 24 de novembro de 1983, a atividade passou a ter uma norma própria

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

Há 25 anos, o segmento de Segurança Privada comemorava a conquista de uma legislação federal, adequada à época às necessidades da atividade. No dia 20 de junho de 1983, assinada pelo ministro Ibrahim Abi-Ackel, nascia a Lei nº 7.102. Contudo, ela só passou a valer efetivamente no dia 24 de novembro do mesmo ano, quando foi publicado o Decreto regulamentador nº 89.056. A partir daquele momento, mudanças significativas aconteceram. A principal delas, a responsabilidade de controle sobre a segurança privada deixou de ser dos estados e passou a ser da Secretaria Nacional de Segurança, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

A história da segurança privada e a necessidade de regulamentação, porém, antecede e muito o ano de 1983. A necessidade de proteção é uma característica inerente aos seres humanos desde os primórdios da humanidade. Armas como machados, lanças, arcos entre outras, foram criadas por nossos antepassados para proteção. A associação em grupo com a finalidade de defender uma

tribo, uma cidade, um governante sempre esteve presente na história da civilização.

As transformações ao longo dos anos foram criando novas necessidades e riscos, há indícios de que, já no século XVI na Inglaterra, surgiram os primeiros "vigilantes", pessoas com habilidade em lutas que eram remuneradas pelos senhores feudais. A primeira empresa de segurança privada no mundo data do século XIX nos Estados Unidos. Ela nasceu amparada por deficiências naturais do poder público. Em 1891 teria sido feito o primeiro serviço de transporte de valores.

No Brasil, o primeiro esboço de segurança privada surge no governo Getúlio Vargas, quando um decreto permitiu que as forças policiais pudessem fazer a

segurança de empresas. “Oficialmente”, a atividade começou para valer em 1967, quando portarias de secretários de segurança pública autorizaram a atividade. A primeira legislação federal expedida sobre o assunto surgiu dois anos depois, com a publicação do Decreto-Lei nº 1.034/69, que autorizou o serviço privado em função do aumento de assaltos a bancos, obrigados, à época, a recorrer à segurança privada. Esse decreto regulamentou uma atividade considerada paramilitar e permitiu que os estabelecimentos financeiros (bancos e operadoras de crédito) fossem protegidos por seus funcionários (segurança orgânica) ou por empresas especializadas (contratadas). O objetivo era inibir as ações de grupos políticos de esquerda que buscavam recursos, em assaltos

a estabelecimentos bancários, para financiar suas ações.

A conquista

A demanda por segurança privada cresceu com o passar do tempo. A prestação de seus serviços deixou de ser exclusividade em instituições financeiras, passando a ter importância fundamental também para órgãos públicos e empresas particulares. O auge dos serviços aconteceu na década de 1970 e a crescente procura exigia uma normatização, pois o Decreto de 1969 já não comportava todos os aspectos da atividade. Começava, assim, um longo trabalho de conscientização da importância da atividade e da necessidade de ter uma lei que realmente contemplasse todas as especificidades do segmento, para evitar problemas como a compra de armamentos que ficavam a cargo do exército.

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos Jurídicos e Institucionais, Vagner Jorge, lembra que as discussões vinham se arrastando entre as entidades de classe e o governo, até que um grave problema aconteceu. “Durante as negociações, um bebê acabou morto durante um assalto a banco em São Paulo. Essa fatalidade ficou conhecida como caso Talita e fez com que o governo visse a necessidade da aprovação da Lei.”

Com a publicação da Lei nº 7.102/83, os problemas ainda não estavam resolvidos. Ela dependia de um decreto regulamentador, publicado apenas cinco meses depois. Com a edição do Decreto nº 89.056/83, finalmente o segmento de Segurança Privada tinha uma legislação que atendia às necessidades da atividade, motivo de orgulho para todos os

participantes das discussões e todos os empresários, já que a atividade passava a estar legalmente constituída sobre diretrizes fortes.

Mudanças

A Lei nº 7.102 estava aprovada e sendo aplicada, porém a grande mudança proposta, a transferência da responsabilidade do controle para o governo federal, ainda não funcionava. Na prática, a fiscalização que pela lei estava a cargo da Secretaria Nacional de Segurança, ligada ao Ministério da Justiça, continuava com os governos estaduais, o que dificultava a vida das empresas que encontravam normas diferentes em cada unidade federativa.

Outro problema era a falta de recursos financeiros por parte do órgão, o que tornava a fiscalização mais difícil. Nesse momento, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), fundada em 1989, já atuava de forma exemplar na defesa do segmento de Segurança Privada e começou a desenvolver um trabalho para que a Lei fosse cumprida à risca e o governo federal de fato assumisse o controle da atividade.

Audiências, reuniões, todas as formas de diálogo foram utilizadas, até que, no dia 30 de março de 1995, se publicou no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 9.017 que, entre outras coisas, instituiu a Polícia Federal (PF) como órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade. Também se estabeleceram taxas a serem pagas à PF para cada serviço solicitado, com a finalidade de garantir os recursos necessários à realização de um bom trabalho por parte da entidade.



Lélvio Vieira Carneiro,
ex-presidente da Fenavist



Celita Oliveira Sousa,
consultora jurídica da Fenavist



José Boaventura,
presidente da CNTV

De acordo com o presidente da Fenavist à época da publicação da Lei nº 9.017/95, Lélvio Vieira Carneiro, as alterações na Lei nº 7.102 eram extremamente necessárias. Após 12 anos, ela precisava ser atualizada para acompanhar as mudanças e, principalmente, proporcionar ao segmento uma fiscalização rígida, para coibir a presença de empresas que desrespeitavam a atividade.

Carneiro conta ainda que a publicação da Lei nº 9.017 foi um avanço e fruto de muito esforço. “Quando eu era o presidente da Fenavist em 1995, sentíamos que a Lei já naquela época precisava de modificações. Além disso, era fundamental um controle mais rígido do governo federal, que, naquele momento, caberia à Polícia Federal.”

O empresário lembra que ele, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vigilância (CNTV), José Boaventura, e a consultora jurídica da Federação, Celita Oliveira Sousa, se dedicaram quase exclusivamente a construir uma minuta de lei que pudesse atender às novas necessidades da atividade, e que, já àquela época, pudesse combater a segurança clandestina.

Com um trabalho bem desenvolvido, eles sensibilizaram a deputada Rita Camata, que presidia a CPI do Extermínio de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro, em curso na Câmara dos Deputados. Ela estava decidida a buscar formas de proibir a segurança privada, pois acreditava que os vigilantes eram os responsáveis pelas mortes. Porém, após ouvir as explicações dos presidentes da Fenavist e CNTV e da consultora jurídica da Federação, ela entendeu que os

responsáveis pelas mortes eram os clandestinos e que as empresas de segurança privada e os trabalhadores queriam combater a clandestinidade.

Dessa forma, ela usou a minuta escrita pelos representantes da atividade para substituir o texto que ela havia escrito e, então, nasceu a Lei nº 9.017/1995. “A deputada Rita Camata entendeu que defendíamos idéias idênticas e que gostaríamos de combater a clandestinidade, assim como ela. Seu apoio foi fundamental, assim como o de Boaventura e de Celita”, completa Lélvio Carneiro.

Futuro

Ao completar 25 anos de cumprimento, desde a publicação do decreto regulamentador, a Lei nº 7.102 se mantém como uma das mais bem elaboradas na América Latina, assim como era na época de sua publicação. Entretanto, o mundo, a atividade, tudo mudou muito e rapidamente neste quarto de século. Desse modo, a Fenavist, a Polícia Federal e todos os integrantes da atividade têm trabalhado incansavelmente para aprovarem uma nova legislação para o segmento.

“A lei de 1983, quanto à regulamentação, ao seu tempo foi muito boa. Ela deu uma orientação e sistematizou a segurança privada, porém se tornou anacrônica em virtude do crescimento do mercado mundial de segurança”, explica o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Adelar Anderle.

No novo texto que tem sido construído a várias mãos, as principais diretrizes da Lei nº 7.102 serão mantidas. As principais novidades estão a cargo da



Todas as entidades ligadas à segurança privada participaram da redação do texto dos estatuto da segurança privada

inclusão das novas tecnologias e da preparação de novos profissionais dentro da segurança privada, já que até então apenas a figura do vigilante era citada.

No último dia 17 de junho, a perspectiva de construir um texto definitivo de reformulação da lei, o Estatuto da Segurança Privada, e sua conseqüente aprovação deu um passo importantíssimo. Em um jantar promovido pela Fenavist, pela Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis),

pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) e pela Associação Brasileira dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), coordenado pela Polícia Federal, reuniu o ministro da Justiça, Tarso Genro; o diretor-geral do DPF, Luiz Fernando Corrêa; o senador Romeu Tuma (PTB-SP); os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Eduardo Valverde (PT-RO), William Woo (PSDB-SP), Marcelo Itagiba (PMDB-RJ); o major Daiuto do DFPC/EB; João

Sidney do Banco Central; o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada, Adelar Anderle – responsável pela apresentação do projeto aos participantes, e representantes de todas as entidades de classe ligadas à segurança privada. Ao término do encontro, ficou clara a vontade de todos de que a nova lei seja aprovada.

Após o jantar, que pode ser considerado uma audiência pública, a coordenação-geral de Controle de Segurança Privada



promoveu uma segunda audiência com o Banco Central, o Exército e as entidades de classe para apresentar a primeira redação. O terceiro passo foi uma nova rodada de negociações, em que praticamente todos os pontos do texto receberam o consentimento das partes. “Nesse encontro houve 98% de entendimento. Apenas os vigilantes ainda apresentam restrições ao uso de algumas tecnologias e à criação da guarda patrimonial”, explica Adelar Anderle.

A criação da Guarda Patrimonial, formada por profissionais que passariam por um curso de formação menor, que não poderão usar arma e exercerão trabalho semelhante ao que os “guardas de quarteirão” (clandestinos) fazem hoje, é outro ponto questionado pelo sindicato laboral. “A redação do projeto trará para a legalidade 800 mil homens. Ao mesmo tempo, nos preocupamos em preservar os empregos já existentes. Médias e grandes empresas do setor público só poderão utilizar serviços de vigilantes”, completa o coordenador-geral.

A reserva de mercado aos profissionais que já estão no mercado fica garantida ainda, à medida que todos os postos armados de transporte de valores, escolta armada, pronta resposta, guarda florestal, guarda em transporte coletivo, guarda prisional e segurança pessoal ficam a cargo dos profissionais com o curso tradicional de formação.

Por esses motivos, Anderle acredita que o entendimento entre as partes será possível. Além disso, ele que é um dos entusiastas da nova lei e afirma que ela trará muitos benefícios para a sociedade. “Com o emprego de novas tecnologias,

vamos ajudar a desenvolver o setor tecnológico e gerar novos empregos com a inclusão de novas categorias de profissionais. Além disso, pretendemos socializar a segurança privada.”

Estratégia

Na Câmara dos Deputados, o texto, construído pelos interessados na reformulação da Lei nº 7.102/1983, substituirá a redação do Projeto de Lei (PL) nº 4.305/2004, do deputado Eduardo Valverde, que tem sua tramitação bastante avançada. Depois, lhe serão apensados todos os projetos que falam de segurança. No Senado, o foco continuará sendo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 168. Contudo, ambos os projetos receberão a nova redação encaminhada pela Polícia Federal.

Ainda segundo o delegado da Polícia Federal, o substitutivo, com a redação idêntica nas duas Casas, facilitará a aprovação, pois quando a primeira Casa aprovar o projeto e enviá-lo a outra, encontrará seu co-irmão lá. Além disso, ele enxerga uma boa-vontade dos parlamentares, que estão conscientes do trabalho, que é autêntico e verdadeiro.

Principais Mudanças

A intenção das entidades ligadas ao segmento quanto à aprovação do Estatuto da Segurança Privada é modernizar a legislação, incentivar o desenvolvimento e o profissionalismo, proporcionar o surgimento de novos postos de trabalho, além de combater a informalidade.

No que se refere à segurança eletrônica, por exemplo, a intenção não é regular ou controlar a tecnologia, mas ter a pronta resposta. Regularizar o

pronto atendimento, ou seja, o deslocamento dos vigilantes em vias públicas para atender à ocorrência. A regulamentação incluiria as empresas de gerenciamento de risco de transporte de cargas, as quais, quando da perda de carga, utilizam-se até de helicópteros.

A preocupação com a clandestinidade é outro ponto importante do projeto que, em seu artigo 28, prevê penalidades não apenas para quem vende os serviços, como previsto na Lei nº 7.102/1983, mas também para quem contrata. As penalidades vão de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multas. O Estatuto da Segurança Privada tem a preocupação também de coibir o trabalho extra do policial. Na verdade, ele não proíbe, mas cria regras para evitar que policiais ofereçam serviços de maneira irregular.

De acordo com a proposta da nova lei, os policiais poderão trabalhar com segurança privada, desde que sua corporação permita e eles façam o curso de formação de vigilantes e sejam contratados por uma empresa de segurança legalizada.

O projeto apresenta ainda outra forma de combater a informalidade. Ele regula a vigilância patrimonial em via pública, ou seja, pretende trazer o “guarda de quarteirão” para a legalidade, com o estabelecimento de uma nova função. A nova lei cria a figura do guarda patrimonial, que poderá trabalhar em via pública, porém desarmado, que passará por um curso de formação especial com menor duração. Assim como os vigilantes, terá que estar ligado a uma empresa de segurança privada legal.▼



Federação promove ciclo de palestras para chamar atenção da sociedade

Primeira apresentação abordou segurança pessoal

■ Texto: Gleuber Vilela

Com o objetivo de contribuir com o crescimento qualitativo do setor, com novas abordagens e possibilidades para os empresários do segmento, além de alertar a sociedade para os perigos de contratar empresas de segurança privada clandestinas, a Federação Nacional de Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores (Fenavist) deu início a um ciclo de palestras que pretende esclarecer dúvidas e movimentar o segmento.

O pontapé inicial foi dado em outubro último, quando a Federação reuniu centenas de pessoas para a palestra “Seu Direito de Não Ser Vítima”, ministrada pelo diretor jurídico do Sindicato das Empresas de Segurança e Transporte de Valores do Estado de Goiás (Sindesp-GO) e diretor regional da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), Ivan Hermano Filho.

Em sua palestra, Ivan Hermano Filho focou a segurança pessoal. Com uma abordagem diferente sobre esse tema, o palestrante apresentou um estudo com mais de quatro milhões de pessoas, de diversas partes do mundo, que conseguiram escapar de algum tipo de violência: estupro, homicídio, seqüestro, assalto, entre outros. Esse estudo já vem sendo apresentado nos Estados Unidos, na Europa e Austrália há mais de 30 anos. A palestra contradiz a orientação de passividade diante do bandido e instiga a vítima a tomar uma



Foto: Fenavist

Ivan Hermano Filho durante a apresentação da palestra “Seu Direito de Não Ser Vítima”

atitude inteligente, pró-ativa, capaz de minimizar as conseqüências de uma abordagem criminosa.

Na palestra, Ivan apresentou as técnicas para enfrentar situações de risco e o

modo e quando reagir nesses casos. Estiveram presentes profissionais de diversas áreas de atuação, representantes de entidades e empresas como CNC, Correios, Unesco, Infraero, CNI, entre outras.▼

Conheça o Palestrante

Formado em Direito pela UFG, Universidade Federal de Goiás, Ivan Hermano Filho recebeu diversos títulos na área de segurança, entre eles o Certified Protection (CPP), concedido pela American Society (ASIS) for Industrial Security, uma das mais conceituadas entidades de segurança privada do mundo. Também conquistou o título de Analista de Segurança Empresarial (ASE), expedido pela Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG). Ivan é convidado para ministrar palestras nas mais importantes universidades do país, para alunos de cursos do setor de Segurança.

Em 2009, Fenavist comemorará 20 anos de conquistas

Federação atinge data histórica e cumpre seu papel, com força para enfrentar novos desafios

■ Texto: Gleuber Vilela



Em março de 2009, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) completará 20 anos de lutas e conquistas. Em parceria com os sindicatos, a Fenavist tem o compromisso de representar os empresários de segurança de forma ampla e clara, com o objetivo de unir a comunidade de segurança privada no Brasil, prestando serviços e promovendo modernização e crescimento para a atividade.

A Fenavist foi criada em 1º de março de 1989, com o objetivo de congregar as empresas das categorias representadas pelos Sindicatos de Segurança, Transporte de Valores e Cursos de Formação de Vigilantes, pelos Sindicatos das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores do Distrito Federal (Sindesp-DF); Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ); Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS), Sindicato das Empresas de Segurança Privada do

Estado do Ceará (Sindesp-CE); Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR); Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG) e Sindicato das Empresas de Vigilância e Segurança do Pernambuco (Sesvei-PE). Teve como primeiro presidente Eunício Lopes de Oliveira.

Com sede em Brasília, a Federação agrega 30 sindicatos regionais e duas associações em todo o país, que representam cerca de 1.900 empresas, responsáveis pela geração de cerca de meio milhão de empregos diretos. A Fenavist tem jurisdição nacional e congrega todos os sindicatos estaduais e é ainda filiada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Para comemorar seus 20 anos de vitória, em abril de 2009 a Federação promoverá uma grande festa, em que todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da atividade, de tal

forma que ela pudesse alcançar o patamar de credibilidade e importância que tem hoje, estarão presentes. Diretores, sindicatos, empresários, entidades parceiras, parlamentares, representantes dos governos federais e estaduais também participarão desse momento único para o segmento de Segurança Privada.

Nova Sede

Um dos presentes que a Federação e os associados irão receber nas comemorações de 20 anos será a sede própria, localizada no Setor Bancário Sul, uma das melhores áreas comerciais de Brasília.

A nova sede está próxima do centro das decisões do País. A poucos metros da Esplanada dos Ministérios, os colaboradores e associados da Fenavist contarão com uma área de 200 metros quadrados. São duas salas localizadas no Edifício Prime Business Convenience, perto do Banco Central do Brasil e da sede do Banco do Brasil. Além da



Fenavist, nesse prédio estará localizada, também, a sede da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac).

A mudança para o novo endereço marca uma conquista para a Federação, que passará para um imóvel moderno, capaz de proporcionar comodidade e conforto para os diretores, associados e visitantes. A nova sede terá estrutura tecnológica de última geração, em um ambiente mais moderno. Além disso, contará com uma confortável sala de reuniões, que poderá ser utilizada por diretores, associados e parceiros em trânsito. A mudança está sendo planejada para que os colaboradores, associados, diretores e todas as pessoas que de alguma forma direta ou indireta utilizam a sede da Fenavist possam contar com o que há de mais moderno em equipamentos, de modo que os processos e atendimentos sejam executados da melhor forma possível.

As obras correm como o planejado e tudo indica que a Fenavist comece o ano de casa nova. A previsão é de que, em janeiro, a entidade já esteja instalada na nova sede, que deverá ser inaugurada oficialmente em abril de 2009, como parte das comemorações pelos 20 anos.

Reconhecimento

Datas especiais merecem ser comemoradas entre amigos, parceiros e pessoas que colaboram para o crescimento da entidade. Pensando nisso, a Fenavist promoverá a 3ª edição dos Prêmios Mérito em Serviço e Benemérito da Segurança Privada Nacional, em abril do ano que vem, durante a festa de 20 anos da entidade. A intenção da Federação, mais uma vez, é reconhecer e premiar o esforço de empresários e personalidades ligados à segurança privada, verdadeiros “heróis” que têm lutado diariamente pelo desenvolvimento da atividade.

Altas cargas tributárias, concorrência desleal, clandestinidade, preços ineqüíveis, edição de leis arbitrárias são

Foto: Divulgação



Personalidades que receberam o prêmio Benemérito da Segurança Privada 2007

apenas alguns dos problemas enfrentados pelos empresários de segurança no Brasil. A cada ano, empresas sérias são obrigadas a fechar suas portas por não conseguirem resistir a tantos obstáculos. Completar 5, 10, 15, 25, 30 anos ou mais de existência sob o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) tem se tornado cada dia mais difícil.

Pensando justamente nesses vitoriosos, a Fenavist, pela terceira vez, concederá o Prêmio Mérito em Serviço da Segurança Privada Nacional. O prêmio é atribuído nas categorias Cristal (cinco anos ou mais), Bronze (10 anos ou mais), Prata (15 anos ou mais), Ouro (25 anos ou mais) e Diamante (30 anos ou mais). “Esperamos novamente homenagear esses heróis que têm resistido bravamente às adversidades do segmento. Cada ano completado de atividade sob o mesmo CNPJ é motivo de muito orgulho para o empresário de nosso País. A Federação se sente orgulhosa de poder reconhecer esses vitoriosos, que lutam diariamente pelo desenvolvimento do setor”, comenta o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões.

Na primeira edição de 2005, mais de 80 empresas conquistaram o prêmio.

Muitas delas receberam a homenagem novamente, em categorias diferentes, na segunda edição em 2007, quando mais de 90 empresas foram premiadas. A Federação espera, na edição de 2009, reconhecer um número ainda maior de empresas.

Vale lembrar que o reconhecimento não é restrito apenas às empresas. Nas duas cerimônias anteriores, a Fenavist concedeu o Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional a personalidades que têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento da atividade nas categorias Representante Empresarial, Representante Entidade de Classe, Representante Parlamentar, Órgão Regulador, Profissional Liberal, Representante da Imprensa. E, em 2009, a premiação será repetida em uma data muito importante, já que não é todo dia que uma entidade completa 20 anos em uma linha crescente de desenvolvimento.

O regulamento com todas as diretrizes dos Prêmios Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional estará disponível em breve pelo site da Federação. Todos os sindicatos e empresas serão comunicados oficialmente tão logo o processo de inscrição esteja aberto. ♥

CGCSP comemora os bons resultados de 2008

Ações empreendidas ao longo do ano confirmam a excelência do trabalho desenvolvido pela coordenação geral

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

A Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP) da Polícia Federal (PF) teve em 2008 um ano de muito trabalho. Estatuto da Segurança Privada, Plano Nacional de Fiscalização e Implantação da Gesp foram os carros-chefes. Para o próximo ano, novas ações já estão sendo preparadas.

“Em 2008, avançamos muito na questão da segurança privada, porque conseguimos divulgar em cada estado a legislação da segurança privada, para combater a clandestinidade”, comemora o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada, Adelar Anderle.

A satisfação do delegado é fruto do trabalho árduo que, este ano, não ficou apenas no papel como planejamento, mas se transformou em ações efetivas. O Estatuto da Segurança Privada, a nova Lei do Segmento, avançou muito em 2008. Teve como ápice um jantar que acabou se tornando uma audiência pública em que o ministro da Justiça, Tarso Genro; o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; deputados, senadores, representantes do Banco Central, Exército, Instituto de Resseguros do Brasil, além de todas as entidades de classe ligadas à atividade discutiram as bases do texto.

A partir desse encontro, traçaram-se as diretrizes para a aprovação da Lei que pretende atualizar a legislação vigente. Todos tiveram a oportunidade de contribuir com o texto que agora tramita tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado.



Foto: Rodolfo Stuckert

O coordenador-geral, Adelar Anderle, apresenta o Estatuto da Segurança Privada aos parlamentares presentes à audiência pública

GESP – A Gestão Eletrônica da Segurança Privada (Gesp) entrou de vez na vida das empresas. Este ano todas as empresas tiveram de se recadastrar por intermédio do novo sistema. Assim, todas as empresas com o cadastro aprovado passaram a fazer cadastramento, atualizações e solicitações por meio do sistema, o que agilizou significativamente a resposta da PF em relação aos processos.

A Polícia Federal reconhece, contudo, que o processo poderia estar mais avançado. A demora das empresas em se cadastrarem, bem como problemas com a velocidade da rede da entidade e pequenas correções que precisaram ser feitas no sistema, coisas normais a

qualquer programa novo, atrasaram um pouco a implantação.

Para resolver esses pequenos problemas, a PF já realizou licitação para contratar internet com velocidade três vezes superior à atual. Além disso, um novo contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) deve ser assinado ainda este ano. Desse modo, a CGCSP deve baixar, em janeiro, norma para proibir o recebimento em papel dos procedimentos já disponíveis pela Gestão Eletrônica da Segurança Privada.

A assinatura de um novo contrato com o Serpro, entidade parceira no desenvolvimento da Gesp, possibilitará ain-



da o início do trabalho de desenvolvimento do segundo módulo. “Este ano, vamos assinar o novo contrato para o Gesp II, que vai contemplar a aprovação do plano de segurança bancária, os processos punitivos, a carteira nacional de vigilante, o modo gerencial, entre outros. No modo gerencial, vamos permitir que as empresas tenham acesso a dados da segurança privada, excetuando-se os estratégicos da empresa”, completa Adelar Anderle.

Para o coordenador-geral, torna-se ainda mais importante a implantação total da Gestão Eletrônica, à medida que a nova lei da segurança privada seja aprovada. “Não podemos conceber a nova lei sem o Gesp. Uma está ligada a outra, porque, com a nova lei, o volume de trabalho da CGCSP vai crescer bastante. Mesmo com o aumento substancial do volume de trabalho, não vamos acompanhar com crescimento de efetivo, então precisamos de métodos novos. A Gesp tem que acontecer”, sentencia Anderle.

Operação Varredura

O Plano Nacional de Fiscalização, que há vários anos vinha sendo solicitado pelas empresas, que cobravam da Polícia Federal uma ação mais rígida no que se refere ao combate às empresas clandestinas, este ano foi executado por meio da operação Varredura. Até o final de novembro, 13 estados já haviam sido contemplados com a ação. Até o fim do ano, o número total deve chegar a 15.

Desde a primeira ação executada no estado de Pernambuco, em fevereiro, o órgão, uma vez por mês, tem fiscalizado

pelo menos um estado, com o objetivo de combater a segurança clandestina. O grande diferencial é que a operação Varredura pune não apenas quem vende. Estabelecimentos que contratam de forma irregular também estão sendo notificados.

Fechamento de dezenas de empresas irregulares, apreensão de armas, atuação de estabelecimentos contratantes de segurança de forma irregular, conscientização da população, são alguns dos resultados obtidos pela Polícia Federal desde o início do ano, quando passou a realizar a operação Varredura. A necessidade de conscientização dos contratantes ficou evidente em todos os estados pelos quais a operação Varredura passou. Isso se deve ao fato de a PF saber que um dos grandes incentivadores dos serviços clandestinos são os contratantes desinformados.

“Em todos os estados por onde passamos, a operação teve boa receptividade. Causou impacto na sociedade, já que a grande maioria das pessoas desconhece segurança privada e a necessidade de contratar empresas regulares”, comenta o coordenador do Plano Nacional de Fiscalização, Henrique Silveira Rosa.

O efetivo utilizado na operação conta com pelo menos um agente de cada Delesp dos outros estados, além dos policiais lotados na Delegacia Especializada em Segurança Privada e Comissões de Vistoria de cada estado. Assim, em alguns estados, o número de homens pode passar de 100 agentes. Depois de passar por Pernambuco,

Paraná, São Paulo (Capital), Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Santa Catarina e Bahia, no próximo ano o trabalho deve ter prosseguimento nos outros estados e também voltar às regiões com maior demanda.

Futuro

“Conseguimos trabalhar amplamente o projeto de lei. Os indicadores internos da CGCSP mostram um aumento positivo e acentuado. Os processos punitivos estão sendo julgados com maior celeridade. Este ano serão ao todo nove reuniões da Comissão Consultiva. Não existe mais passivo em relação à Carteira Nacional de Vigilante. Na verdade, não temos mais nenhum passivo na coordenação”, afirma o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada.

Para manter o excelente nível do trabalho desenvolvido e ainda conquistar novas vitórias no próximo ano, a Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada já definiu as frentes de atuação para 2009. A principal de todas é a aprovação e publicação do Estatuto da Segurança Privada, do decreto que regulamentará a lei e da nova portaria. O término da implantação do primeiro módulo do Gesp, assim como o início da utilização da segunda etapa, também está nos planos.

O combate à clandestinidade novamente ficará a cargo da operação Varredura, porém a CGCSP pretende utilizar novas ferramentas. “Gostaria de promover maior divulgação sobre a segurança privada, esclarecimentos para a grande massa. Espero que o trabalho seja feito entre a Polícia Federal e as entidades patronal e laboral”, adianta Adelar Anderle.

Ainda em 2009, o coordenador-geral espera iniciar um processo gradativo de descentralização, com maiores poderes para as Delegacias Especializadas em Segurança Privada (Delesps). A idéia inclusive é criar CCASPs estaduais, para que os processos de infrações cometidos por bancos, empresas de segurança e empresas de segurança orgânicas sejam julgados em primeira instância dentro das Delesps. ▽

OPERAÇÃO VARREDURA	
Total de operações em 2008	10
Empresas visitadas	1.373
Estabelecimentos bancários visitados	1.074
Índice de atendimento de qualidade de segurança privada não autorizada	100
Notificações de contaminação de empresas de segurança privada não autorizadas	107
Comunicação recebida	288
Índice de integração financeira	217
Processos administrativos concluídos	83
Fiscalizados por parte legal de outras	8
Requisitos concluídos	82

Um representante do setor de Serviços

Administrador de Empresas, político, mas acima de tudo um defensor do Setor de Serviços. Laércio José de Oliveira, ao assumir como suplente o cargo de deputado federal por Sergipe, durante 90 dias, trabalhou incansavelmente em prol do segmento, ao mesmo em que combateu os projetos que afetam negativamente o setor

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

Revista Fenavist: O senhor, durante o período das eleições municipais, teve a oportunidade de exercer o cargo de deputado federal. No curto período em que lhe foi possível conviver diariamente com deputados e senadores, qual sua visão sobre o trabalho dos parlamentares brasileiros?

Láercio Oliveira: O congresso é uma casa eclética com pessoas com vontade de ajudar o Brasil e com outras que passam o tempo todo exercendo apenas o ofício de autoridade. Vale uma reflexão: “o parlamento brasileiro é a representação legítima do seu povo”.

RF: Ainda durante o período em que exerceu o cargo de deputado federal, o senhor apresentou mais de dez Projetos de Lei (PL). Todos eles legislavam de alguma forma sobre prestação de serviços. A intenção era corrigir as falhas da lei? Além disso, o senhor acredita que falte conhecimento dos parlamentares a respeito da atividade de terceirização de serviços? Seria fundamental que tivéssemos mais empresários do ramo atuando na esfera política?

LO: Tenho a honra de ser o legítimo representante do setor de Serviços, eleito para trabalhar pelo fortalecimento e reconhecimento do setor, defender a atividade e lutar para corrigir as injustiças praticadas contra nós. Infelizmente o tempo foi curto, porém procurei difundir entre os colegas parlamentares a importância do setor, a verdade sobre a terceirização, a força do emprego e nossa importância no contexto social do Brasil. Fizemos o que nos foi possível. Precisamos avançar muito politicamente, porém estamos no caminho certo. O ano de 2010 dirá.

RF: Atualmente existem dezenas de Projetos de Lei a respeito da segurança privada e da terceirização de serviços. O que o senhor fez em relação a eles durante os três meses em que participou ativamente dos trabalhos na Câmara dos Deputados? Além disso, se o senhor tivesse a oportunidade de cumprir um

mandato completo como deputado federal, o que faria para aprovar os PLs que realmente são benéficos e para barrar os que trazem novas dificuldades?

LO: Defendi com legitimidade os projetos de nosso interesse e combati com veemência os absurdos projetos que tramitam no Congresso contra o setor. Existem várias dezenas deles que atingem diretamente a gestão das empresas de limpeza e vigilância. Os anais da comissão do trabalho, em que atuei, registram todos os encaminhados que fiz, o que legitima meu compromisso com o setor.

“ o parlamento brasileiro é a representação legítima do seu povo ”

RF: Enquanto exerceu o cargo de deputado federal, o senhor chegou a conversar com os senadores sobre o PLS 168 (Estatuto da Segurança Privada) quanto à possibilidade de aprová-lo?

LO: Conversei apenas com dois deles. Sobre esse assunto será preciso mobilização para defender sua aprovação. Existe um movimento contrário ao Estatuto da Segurança Privada. Tenho dito em alguns encontros que precisamos urgentemente aprender a mobilizar os empresários do setor, sob pena de insucesso nas nossas ações. Muitas vezes o Congresso Nacional só funciona sob pressão da sociedade e das categorias organizadas.

RF: Entre os pontos mais polêmicos que tramitam pelo Congresso Nacional hoje está a reforma tributária. Qual a avaliação do senhor sobre ela? Até que ponto ela é boa para as empresas prestadoras de serviço e quais os pontos falhos?

LO: Estamos trabalhando firmemente nesse tema. O princípio básico da reforma tributária é “pagar a todos para que todos paguem menos”. Estou confiante de que teremos dias melhores em termos tributários para nossas empresas. É claro que haverá negociações e o texto original será modificado, porém faz parte do trâmite parlamentar. Nosso esforço é para contemplar os pontos positivos para nós.

RF: A terceirização de serviços tem passado por um momento complicado. As normas estabelecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade têm provocado sérias dificuldades para os empresários. Como o senhor avalia o atual momento do setor de Prestação de Serviços?

LO: São duas forças que se opõem para o que já está consagrado pela alta administração mundial: a terceirização. Os frágeis argumentos apontados pelas centrais sindicais contrários à moderna administração não se sustentam. Da nossa parte, precisamos combater as empresas predadoras e o pregão eletrônico – canais de propagação da má terceirização –, exemplos fartamente utilizados pelas centrais sindicais para macular a terceirização. Continuarei um ferrenho defensor da terceirização em qualquer ambiente de discussão.

RF: O senhor está à frente da Federação Nacional das Empresas de Serviço e Limpeza Ambiental (Febrac) há quatro anos. Quais os principais projetos executados pela entidade nesse período, e o que o ainda pretende pôr em prática?



LO: Com a ajuda de todos os diretores conseguimos produzir muito: o sucesso dos ENEACs, a visibilidade do setor, a pesquisa Febrac, o fortalecimento dos sindicatos em todos os estados do Brasil, o crescimento do número de empresas filiadas aos sindicatos, a padronização da marca dos sindicatos, a modernização institucional do nome e marca Febrac e o crescimento patrimonial da Federação. Ainda há, porém, muito mais por fazer.

RF: A “Ação Nacional Febrac: Limpeza de Áreas Verdes” foi um sucesso em todo o Brasil. Como nasceu essa idéia? Já estão planejadas novas ações como essa?

LO: Encontramos na idéia uma maneira de atrair a grande mídia nacional. Deu certo. Outro fator é exercitar nos empresários o voluntariado e a prática da mobilização, práticas indispensáveis a novas conquistas. Fez tanto sucesso, que acabamos de aprovar na nossa

diretoria a inclusão da Ação Nacional Febrac: Limpeza de Áreas Verdes no calendário de atividades anual da Febrac.

RF: Qual a importância da parceria entre a Febrac e a Fenavist?

LO: Somos co-irmãos. Partilhamos os mesmos ideais e, quase sempre, compartilhamos nossas conquistas. Para mim, defender a Febrac é

“ Combati com veemência os absurdos projetos que tramitam no Congresso contra o setor”

defender também a Fenavist. Não são poucas as demandas em que protocolo conjuntamente os pleitos, porque também sou empresário da vigilância e honrosamente ocupo um cargo da diretoria da Fenavist.

RF: Como vice-presidente nacional adjunto da Fenavist, o que o senhor tem feito pela segurança privada? Além disso, como avaliaria as ações empreendidas pela Federação este ano?

LO: Dentro do possível, tenho contribuído nesta gestão em defesa dos interesses do setor na esfera política e institucional. A Fenavist hoje é indispensável à atividade da segurança privada no Brasil. A atuação da diretoria, na pessoa do presidente Jerfferson Simões, tem ecoado nos gabinetes positivamente, pela seriedade nas decisões, e na contribuição perante o poder público em favor da proteção da sociedade brasileira.

RF: O senhor participa de várias entidades sindicais, e, muitas das vezes, abdica da própria empresa para defender o interesse geral. Em sua visão, esse é o único caminho a ser seguido para que a segurança privada possa crescer? E qual a importância do sindicalismo?

LO: Vencer uma multidão é quase impossível. Meu ideal é fazer parte dessa multidão. Nela me protejo e ajudo. É assim que defino o sentimento classista e é somente por meio dele que conseguiremos vencer os enormes desafios atuais e os que advirão brevemente. O fortalecimento do nosso setor passa por empresários comprometidos com o seu sindicato e com a Fenavist. Um setor forte tem uma Federação forte. Fortalecer a Fenavist é dever de todos nós, sob pena de sucumbirmos todos. Quero contribuir para que a Fenavist seja grande, muito maior do que meu negócio, para que tenha a certeza de estar protegido.▼

Fotos: Divulgação



Consultoria Jurídica da Fenavist é homenageada no Palácio do Planalto

A assessora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira Sousa, foi uma das homenageadas na Cerimônia Comemorativa dos 20 anos da Constituição Cidadã, promovida pela presidência da República, no último dia 22 de outubro, no Palácio do Planalto. A homenagem teve como motivo a explanação feita pela assessora jurídica, no Plenário, sobre a defesa da Emenda Popular nº. 110, apresentada pela Febrac, visando retirar do texto do Projeto da nova Constituição o artigo que previa a proibição da terceirização no país. Essa Emenda Popular contava com 36 mil assinaturas, como exigia o Regimento, colhidas pela Febrac, à época presidida pelo empresário Aldo de Ávila Júnior, com a ajuda dos sindicatos filiados de todas as Unidades Federativas. A cerimônia homenageou Constituintes de 1988 e pessoas que defenderam Emendas Populares no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Instalada em 1º de fevereiro de 1987, iniciou seus trabalhos com 559 constituintes, dos quais 487 deputados e 72 senadores, que representavam os 23 estados à época, além do Distrito Federal.

TST entende que jornada de 12/36 favorece o trabalhador

A Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho isentou uma maternidade em Curitiba de pagar adicional de horas extraordinárias, no regime 12/36, para seus auxiliares de enfermagem. O relator dos embargos, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, observou que a atual Constituição deu novos contornos para o acordo de compensação de horários, sem a restrição imposta pela CLT. Para o relator, a escala 12 X 36 é extremamente benéfica ao trabalhador, especialmente em determinadas atividades, como a de vigilante. “Nesse regime, a jornada excedente de 12 horas é compensada com um período maior de descanso e, principalmente, com a redução das horas trabalhadas ao final de cada mês.” Enquanto um trabalhador que cumpre 44 horas semanais trabalha 220 por mês, o submetido ao regime de 12 X 36 trabalha, no máximo, 192 horas. “Assim, deve ser declarada a validade do acordo, baseado na livre negociação entre as partes”, concluiu o ministro.

Febrac de nome novo

A Febrac, que há muito tempo deixou de representar apenas as empresas de asseio e conservação, por ter uma abrangência e uma representatividade bem maior no cenário nacional, foi “obrigada” a mudar de nome, para indicar o tamanho de sua representatividade. Assim, a sigla Febrac passa a significar Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental. Porém, é só a nomenclatura que muda. A seriedade e a forma comprometida de trabalho que ao longo de mais de 25 anos pautaram a atuação da Federação continuam a mesma. Prova disso, foi a mobilização nacional organizada pela entidade no último dia 8 de novembro, quando a Febrac promoveu a “Ação Nacional de Limpeza de Áreas Verdes”. Mais de mil empregados e empresários prestadores de serviços terceirizados uniram forças para limpar as áreas verdes e os principais pontos turísticos em todas as capitais brasileiras. A Iniciativa pioneira atraiu a mídia, que deu atenção especial à ação.

Segurança privada ganha dia no calendário oficial de São Paulo

O profissional da segurança privada ganhou mais uma data para celebrar a atividade: o dia 20 de junho. A iniciativa partiu do vereador Celso Jatene, de São Paulo, autor da Lei Municipal nº 14.778, cuja promulgação foi comemorada em evento no dia 27 de agosto, na Câmara Municipal da capital paulista. A Lei é uma resposta às solicitações do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo (Sesvesp); da American Society for Industrial Security-Chapter São Paulo/ Brasil (Asis) e da Associação Brasileira dos Profissionais de Segurança (Abseg). Entre os homenageados do evento estava o presidente do Sesvesp, José Adir Loiola, que estendeu a homenagem recebida a todos os empresários de segurança: “Quero retransmitir a homenagem a todos os empresários de segurança, porque são homens aguerridos, inteligentes, capazes e que têm ido à procura cada vez mais de técnicas de capacitação, para que possamos ter uma melhoria sensível em nosso segmento”, disse Loiola durante o discurso.

Terceirização, uma realidade brasileira

País segue tendência mundial. Segurança privada é a segunda atividade mais contratada

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

A busca por qualidade e agilidade faz com que muitas empresas do Brasil e do mundo terceirizem alguns de seus serviços. As empresas mais procuradas para realizar as tarefas são as que contam com melhor qualificação técnica e pessoal, juntamente com experiência no mercado. A terceirização é uma constante na realidade pública e privada. Só a segurança privada, uma das atividades prestadoras de serviço, emprega cerca de meio milhão de pessoas, segundo o II Estudo do Setor da Segurança Privada (Esseg), produzido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Segundo o presidente do Centro Nacional de Modernização (Cenam), Lívio Giosa, a terceirização resulta em economia. Empresas que executam serviços contratados chegam a obter 20% na redução de custos. Em geral, as empresas brasileiras buscam

adequar-se às exigências do mercado mundial para se equipararem aos níveis de competitividade. Nesse sentido, qualidade, produtividade e redução de custos são requisitos fundamentais. A terceirização de atividades é um atalho para a conquista desses objetivos.

Um dos setores que mais investem em contratação de empresas é o poder público. No que se refere à segurança privada, é um dos maiores contratantes. O segmento de terceirização busca cada vez mais a excelência em produtividade com qualidade. “A terceirização é uma alternativa viável, econômica e eficiente para encaminhar o setor público à redução de custos. Ao terceirizar a segurança, o setor público reduz significativamente seus gastos e tem um ganho de qualidade no atendimento prestado à sociedade”, afirma o professor Lívio Giosa. Outro fator positivo na contratação de empresas de segurança privada é que

o poder público pode liberar o efetivo para realizar outros serviços de proteção à sociedade.

De acordo com Giosa, um dos principais estudiosos do assunto no Brasil, há dois aspectos a considerar no atual momento da terceirização no Brasil: a prática de gestão vai muito bem, porque as empresas continuam contratando os serviços terceirizados. As empresas trabalham com foco em seu negócio atual. Oferecem um atendimento de boa qualidade e eficiente. Porém, em contrapartida, o País ainda enfrenta dificuldades com a legislação. “Tanto o Legislativo quanto o Executivo quer impor uma lei que travará o segmento. Em qualquer país do mundo se pode contratar qualquer serviço, mas no Brasil querem aprovar uma lei que vai impor uma série de restrições. Muita gente vai ser desestimulada a trabalhar”, explica.

A segurança privada é um dos serviços que enfrentam dificuldades com a legislação hoje, no que se refere a órgãos públicos. Os serviços são contratados por meio de pregão, com as mesmas especificidades de uma licitação para a compra de papel, por exemplo, sem levar em conta as especificidades da atividade, que se baseia quase 100% em mão-de-obra. “Toda contratação que exige mão-de-obra tem algo que a diferencia. É preciso ter uma forma de discussão para acertar os detalhes, e o pregão acaba dificultando essa negociação. As empresas entram no negócio com foco no preço para vencer, mas não con-





seguem cumprir o contrato. E isso acaba prejudicando as empresas”, afirma o presidente do Cenam.

Diferencial

Para sobressair em um setor cada vez mais concorrido como o da Prestação de Serviços, as empresas têm que ser competentes, melhorar a gestão, a qualidade, desenvolver as metodologias. Cada vez mais os custos falam mais alto. Então, as empresas devem aliar qualidade a custo para suportar o mercado. Isso requer um bom gestor e critérios de análise de desempenho.

Nesse sentido, Lívio Giosa dá algumas dicas. “Elas devem melhorar os processos, qualificar, capacitar melhor. Quanto mais aprimorarem seus trabalhos, mais bem preparadas estarão para enfrentar o mercado e os questionamentos do governo.”

Estatísticas

Os números da última pesquisa feita pelo Centro Nacional de Modernização, coordenada por seu presidente, Lívio Giosa, confirmam que a terceirização é uma realidade brasileira, e que os contratantes estão satisfeitos com o desempenho do setor. O universo estudado inclui 2.040 empresas que responderam ao questionário enviado pelo Cenam, das quais 60% de grande porte e apenas 4% de pequeno. Além disso, 50% dos entrevistados que

responderam à pesquisa eram do Sudeste, 35% do Sul, 11% do Centro-Oeste e 4% do Norte e Nordeste. Do total de empresas analisadas, 92% são privadas e 8% públicas.

De acordo com os resultados, 86% das empresas entrevistadas já contrataram algum tipo de serviço terceirizado, e dessas 61% implantaram os processos terceirizados por iniciativa própria. O *ranking* das principais atividades contratadas pelas empresas é liderado pelas atividades de limpeza e conservação (73%) e vigilância (69%).

Quando o assunto é o futuro, 35% das empresas apontam que a próxima atividade que poderiam contratar seria a de limpeza e conservação (35%), manutenção predial (33%) e vigilância (31%). Outro dado interessante é que 76% dos entrevistados, ao contra-

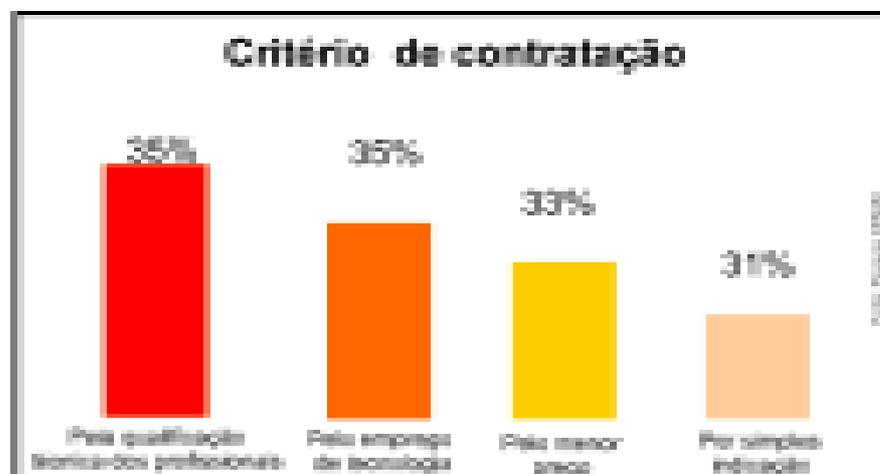
tarem, preferem empresas com experiência no mercado.

O nível de satisfação com o trabalho desenvolvido pelas empresas de prestação de serviços também é elevado. Apenas 4% dos pesquisados não estão satisfeitos, contra 70% dos que consideram o serviço satisfatório e de acordo com as expectativas.

Foco e redução de custo são apontados como as principais vantagens que os contratantes obtiveram ao terceirizarem alguma atividade. No que se refere às dificuldades, 62% disseram ter problemas para encontrar o melhor parceiro, enquanto 52% reclamam que em algum momento não tiveram as expectativas quanto à qualidade atendidas. Já em relação ao cumprimento de contrato, em 95% dos questionários respondidos, há indicação que 95% das empresas cumprem tudo o que foi acordado e 86% cumprem os prazos na execução.

Segundo os resultados, as empresas de prestação de serviços terão um mercado promissor, pois 96% dos entrevistados confirmam que continuarão a utilizar serviços terceirizados, e apenas 4% indicam o menor preço como fator determinante na contratação.

Por fim, a necessidade de empresas qualificadas fica evidente, quando 97% do grupo estudado afirmam preferir contratar serviços terceirizados de empresas com certificação de qualidade.





Fenavist contesta estudo do TCU

Percentuais sugeridos para as obrigações legais são insuficientes para a manutenção de uma empresa

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

Valores incorretos para taxas administrativas, direitos trabalhistas e tributos referentes aos contratos de empresas de segurança privada com os órgãos públicos são calculados de forma indevida. Mais uma vez, o governo mostrou desconhecer a realidade do segmento de Segurança Privada. Em um estudo publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que gere os gastos do governo e influencia as decisões do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os valores de referência dados como parâmetros para a contratação dos serviços de vigilância estão bem abaixo do mínimo necessário para a sobrevivência de uma empresa, mesmo se ela quisesse trabalhar sem lucro.

O documento deixou de fora aspectos importantes como gastos com verbas rescisórias ao término do contrato, já que a nova contratada é desobrigada a absorver os empregados de sua antecessora. Desconsiderou também a necessidade de reserva técnica, tendo em vista que diferentemente de outros serviços, quando um vigilante falta, como o posto não pode ficar vazio, um outro colaborador precisa substituí-lo.

Faltas, afastamentos, doenças, gastos com substituição de funcionários em férias, nada disso foi levado em conta. Até o valor do recolhimento de tributos e taxas obrigatórias calcularam equivocadamente. “Apesar de ter sido feito por especialistas, o estudo apresenta muitas inconsistências. Do modo que calcularam os custos, uma empresa com 500 vigilantes que ganhar um contrato de 144 postos, como é obrigada a absorver os trabalhadores

que já estavam lá, no final do segundo ano terá um prejuízo de no mínimo 25 mil reais. Somados a estes 7 mil de perdas nos primeiros 12 meses, o rombo seria de 32 mil reais só com um contrato, apenas no que diz respeito a direitos trabalhistas e sobre estes os encargos do Grupo A”, explica o consultor econômico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Wilson Trevisan.

Preocupada com mais essa inconseqüência que poderia gerar prejuízos ainda maiores para as empresas, as últimas publicações da tabela de referência do MPOG apresentaram preços limites bem aquém dos valores mínimos necessários para a sobrevivência sadia de uma empresa, a Fenavist interveio rapidamente perante o TCU. No dia 17 de setembro, houve uma audiência com a Secretaria de Controle Externo (5ª SECEX) do órgão. No encontro, o consultor econômico da Federação contestou o estudo que faz parte do relatório de Fiscalização TC nº 016.721/2007-7.

Trevisan questionou os dados do documento. Lembrou ainda da necessidade de reconhecer os encargos sociais corretamente, para evitar a precariedade dos serviços do setor. “O estudo, além de desconsiderar gastos previstos na lei, ainda incentiva os maus empresários.”

O consultor defendeu ainda outro ponto, a necessidade de mudança na legislação trabalhista, em especial no que diz respeito às verbas rescisórias para as partes do contrato, pois não

existe proteção para as empresas nem para os trabalhadores quando as verbas não estão incluídas na proposta de trabalho. “São direitos dos trabalhadores, se não os reconhecermos, não teremos como cumprir com as obrigações, ou seja, eles irão perder. Será que o governo quer que os trabalhadores sejam lesados?”, indaga o economista.

O consultor contestou também a carga de impostos retirada do faturamento e incidentes sobre a lucratividade. Conforme estatísticas da Receita, 63% das empresas prestadoras de serviços são optantes pela tributação com base no lucro presumido.

Ao final, contudo, Wilson Trevisan foi alertado que o estudo teve como base uma pesquisa feita pela 5ª SECEX, na qual os técnicos do TCU constataram que os encargos sobre as empresas que prestam serviços para os órgãos públicos giram entre 65% e 77%, percentuais esses insuficientes para suprir todas as obrigações legais. Desse modo, mais uma vez os empresários sérios podem ser prejudicados pela inconseqüência de pessoas que não estão preocupadas com o desenvolvimento e crescimento da atividade, mas com a assinatura de contratos a qualquer custo. Porém, quando eles “quebram”, quem acaba pagando pela inconseqüência é o trabalhador e os empresários corretos. Os primeiros, porque precisam buscar na Justiça seus direitos, e os empresários, porque se vêem obrigados a lidar com a imagem negativa e os preços inexecutáveis que acabam sendo utilizados como parâmetro pelos contratantes. ▽





Recuperação de créditos previdenciários

O planejamento tributário, atualmente, é medida essencial para qualquer ramo negocial

Sabe-se que a atividade empresarial é de extrema importância para o crescimento de uma economia. Todavia, nem sempre essa importância é verificada pelos entes tributantes, que a todo dia impõem uma carga tributária excessiva e sem razoabilidade, e, com isso, afeta demasiadamente a atividade da empresa e até lhe causa a morte. Dessa forma, o planejamento tributário, atualmente, é medida essencial para qualquer ramo negocial, uma vez que, ao reduzir legalmente a carga tributária, a empresa poderá exercer sua atividade com maior lucratividade e, conseqüentemente, melhor qualidade.

Com efeito, a esfera previdenciária é, via de regra, a que mais afeta as empresas com um grande quadro de mão-de-obra, como é o caso das empresas de vigilância e serviços gerais. Nesse sentido, a equipe de pesquisas da Rio Negro Consultores identificou uma oportunidade de reduzir o índice de tributos da contribuição previdenciária patronal – os fatídicos 20% sobre a folha de salários do empregador.

Essa contribuição tem por base de cálculo a remuneração paga aos empregados, nos termos da Lei nº 8.212/91, que disciplinou o art. 195 da CF/88, mas é exigida sobre verbas não salariais, o que contraria a legislação. Essas rubricas não salariais, ao serem excluídas da base de cálculos do tributo, podem equivaler a uma economia para o empresariado em média de 4% sobre o valor da folha de pagamento dos últimos 10 anos, que poderão ser recuperados – conforme auditoria realizada, principalmente dos setores com um grande número de funcionários.

Faz-se necessária, porém, ação judicial para garantir o direito, principalmente porque o prazo prescricional incide mensalmente sobre esse direito, o que significa afirmar que, a cada um mês sem ajuizamento de ação, o contribuinte deixa de recuperar um mês de crédito. Entretanto, visando sempre à total segurança do contribuinte, qualquer utilização de créditos somente ocorrerá após o trânsito em julgado de decisão favorável, devendo haver o depósito judicial durante o processo (Lei nº 9.703/98), que será corrigido pela selic e sacado em 24 horas em dinheiro pela empresa, sem possibilidade de pedido liminar para suspender pagamentos.▼



Letícia Serrão
Advogada

Fenavist no caminho certo

Ações executadas em 2008 serão referência para os próximos anos

■ Texto: Luís Augusto Evangelista

Dentro do Brasil ou internacionalmente, o ano de 2008 representou mais um degrau na caminhada da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em busca do crescimento e desenvolvimento do setor de Segurança Privada. Exposições, palestras, feiras, audiências, reuniões, missões internacionais foram apenas algumas das ações empreendidas ao longo do ano.

A jornada teve início com a Federação dedicando-se com afinco aos oito projetos prioritários do Planejamento Estratégico 2008, definidos na Assembléia Geral Extraordinária (AGE), em Foz do Iguaçu, em novembro de 2007. Entre os projetos constavam a Organização da Base Parlamentar, a Ampliação do Relacionamento Técnico com os Governos e a Estruturação Financeira. Após a definição dos responsáveis, as ações saíram do papel e ganharam forma, com excelentes resultados para o segmento.

A Federação continuou seu trabalho perante o governo, órgãos reguladores e fiscalizadores, contratantes e parceiros. Representada por seu presidente, membros da diretoria ou colaboradores, a entidade participou de reuniões e audiências com deputados, senadores, Polícia Federal, instituições ligadas ao segmento, de apre-

Fotos: Fenavist



Missão empresarial à França e à Espanha

sentação do GESP, de congressos, entre outros trabalhos. A Federação esteve presente em dezenas de eventos no Brasil e no exterior, ocasiões em que defendeu os interesses da categoria.

No dia 21 de outubro, por exemplo, o ministro do Trabalho e Emprego,

Carlos Luppi, recebeu o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, para discutir a jornada 12 por 36 horas e o intervalo intrajornada. O encontro contou com a presença do secretário de Relações do Trabalho, Luis Antônio Medeiros, e da assessora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira. Na pauta, estiveram

presentes assuntos como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 168 e as medidas de combate à clandestinidade. Simões saiu da reunião com a promessa de que o ministro irá promover uma reunião com seus técnicos e provocar as duas partes, patronal e laboral, para dar origem a um documento que venha a resolver os problemas enfrentados pelas empresas e vigilantes.

Legislação

Uma das ações mais importantes da Fenavist em 2008 foi o jantar promovido pela Federação em par-



Centenas de empresários participaram do Fórum Empresarial 2008

reuniu o ministro da Justiça, Tarso Genro; o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa; o senador Romeu Tuma (PTB-SP); os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Eduardo Valverde (PT-RO), William Woo (PSDB-SP), Marcelo Itagiba (PMDB-RJ); o major Daiuto do DPF/EB; João Sidney do Banco Central e o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada, Adelar Anderle, responsável pela apresentação do projeto aos participantes, além de representantes de todas as entidades de classe ligadas à segurança privada, no dia 17 de junho, em Brasília, para discutir o PLS 168, o Estatuto da Segurança Privada, que pretende corrigir as falhas existentes na legislação, bem como adequar a regulamentação às reais necessidades do segmento. Ao término do encontro, ficou clara a vontade de todos de que a nova lei seja aprovada.

Ainda no que se refere ao Estatuto da Segurança Privada, no dia 17 de setembro, o Conselho Gestor da Fenavist discutiu e analisou todas as informações contidas no projeto, enviadas à Polícia Federal pelas entidades ligadas à atividade e pelas organizações parceiras da

Federação. A Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP) viabilizou o trabalho, que permitiu aos diretores da Fenavist participarem da elaboração de um texto único para viabilizar a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Polícia Federal

A Federação, por meio de seus veículos de comunicação (Site, Boletins Informativos e Revista), tem sido a grande multiplicadora de informações sobre a Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) em todo o País. A difusão de informações conta, inclusive, com um suporte na Central de Compras da Federação (FENegócios). A entidade esteve presente a todos os encontros da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP) realizados no ano, ocasiões em que se julgaram centenas de processos sobre penalidades cometidas por bancos, empresas de segurança privada e empresas de segurança orgânica, além de discutir assuntos importantes para o segmento, como, por exemplo, a permanência da figura do



ceria com a Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis), a Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) e a Associação Brasileira dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV). Coordenado pela Polícia Federal, o encontro

“almocista”, ou de outro vigilante, nos horários de almoço nos bancos.

O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, participou do hasteamento da Bandeira promovida pela Polícia Federal, no dia primeiro de abril. A cerimônia ficou a cargo da CGCSP e teve o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada, Adelar Anderle, como anfitrião. O evento, que visa reforçar e promover o espírito patriótico dos membros da corporação, contou ainda com a presença do diretor-geral da entidade, Luiz Fernando Corrêa; do corregedor-geral, Ivan Guimarães Lobato; e do ex-deputado Chico Vigilante, que representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vigilância (CNTV).

Entendimentos com outras forças policiais também fizeram parte dos trabalhos desenvolvidos pela Fenavist este ano. O presidente da entidade foi convidado pela Polícia Militar para ministrar a palestra “Segurança Pública e Privada:

Interface e Complementaridade”, no 2º Congresso Nacional de Oficiais Militares Estaduais (Coname), realizado em Brasília, entre os dias 29 e 31 de outubro. O evento teve como objetivo discutir assuntos de interesse geral das instituições militares, estados e sociedade brasileira. Além de Jerfferson Simões, o congresso contou com a presença do delegado da PF, Adelar Anderle.

Profissionalização

Em sua constante busca pelo desenvolvimento sustentável do segmento, a Fenavist promoveu o Fórum Empresarial Fenavist (FEF) 2008, no dia 28 de maio, em São Paulo. O FEF reuniu presidentes, diretores e executivos de empresas de segurança, contratantes e representantes dos órgãos reguladores e fiscalizadores para apresentar e discutir novas tendências de gestão administrativa nas empresas de segurança e transporte

de valores. O Fórum aconteceu em paralelo à XI Exposec International Security Fair.

Ainda em relação à Exposec, realizada entre os dias 27 e 29 de maio, a Federação não só apoiou a maior feira de segurança privada da América Latina, mas também esteve presente por meio de um estande em que apresentou aos visitantes as ações desenvolvidas pela entidade, bem como os produtos oferecidos pela FENegócios. Como ferramenta do Projeto Fenavist, a FENegócios visa ser uma saída para redução de custos operacionais, utilizando-se da compra em escala, uma modalidade que faz com que todos os compradores se tornem grandes. O estande da Federação, durante os três dias de evento, também se destacou pela constante presença de empresários e tornou-se um ponto de encontro para os representantes de empresas que visitavam a feira em busca de novos negócios.



Estande da Fenavist da Exposec 2008

Terceirização

Preocupada com as mudanças nas regras para terceirização de serviços provenientes da Instrução Normativa (IN) 2 da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Fenavist, devido ao grande número de dúvidas que recebeu das empresas, participou, por intermédio de sua assessoria parlamentar, do Seminário “O que muda com a Instrução Normativa nº. 2/2008”. O evento realizado entre os dias 22 e 24 de setembro, no Hotel Naoum em Brasília, teve como objetivo estimular as empresas a fazerem um planejamento estratégico de suas atividades, visando a uma gestão de serviços mais tranqüila e eficiente.

Revista Fenavist Dezembro - 2008

A busca pela melhoria dos preços dos contratos feitos entre órgãos públicos e empresas de segurança fez parte da luta incansável da Federação neste ano. Em reunião, no dia 17 de setembro, com a 5ª Secretaria de Controle Externo do TCU (SECEX), o consultor econômico da Fenavist, Vilson Trevisan, questionou um estudo desenvolvido pelo TCU, contido no Relatório de Fiscalização TC 1 016.721/2007-7. Trevisan destacou a necessidade de reconhecer os encargos sociais corretamente para evitar a precariedade dos serviços do setor. Outro ponto defendido pelo consultor foi a necessidade de mudança na legislação trabalhista, em especial no que diz respeito às verbas rescisórias para todas as partes do contrato, pois não existe proteção para as empresas, ao deixarem de cobrar essas verbas em suas propostas. A carga de impostos retirada do faturamento e incidentes sobre a lucratividade também estiveram na pauta de discussões.

Jurídico

Durante todo o ano, a Fenavist participou de forma atuante de várias ações na área jurídica em defesa dos interesses das empresas de segurança com a elaboração de pareceres e análises sobre temas relevantes do setor. Dentre os pareceres, destacam-se os referentes à Convenção 158 da OIT; ao direito de revista pessoal; ao rodízio de carros em São Paulo; e à Portaria 186-08 do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o Registro Sindical. Além disso, a Federação emitiu análises a respeito de vários temas polêmicos, como, por exemplo, a IN 2-2008 do MPOG; a MP 413-2008, que trata dos impostos PIS, Papep, Cofins e outros; e a PEC 233-08, que dispõe sobre Reforma Tributária. Todos os Projetos de Lei que de alguma forma podem influenciar a atividade de segurança privada também mereceram análises e pareceres.



Fenavist participa de jantar com parlamentares para discutir Estatuto da Segurança Privada

A Fenavist respondeu a questionamentos específicos de sindicatos. A consultoria jurídica também forneceu diversas orientações a sindicatos, a respeito de leis e normas atinentes ao setor. A área jurídica ofereceu ainda contribuições importantes por meio de cartas a autoridades, nas quais argumentou e embasou juridicamente a defesa dos interesses do segmento.

A consultoria também trabalhou arduamente na questão da obrigatoriedade da contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais (Lei nº 8.213/91), já que muitas empresas de segurança privada estão sendo multadas por não encontrarem trabalhadores que se enquadrem nem às normas do Ministério nem às exigências feitas pela Lei nº 7.102/1983 que regulamenta a atividade. Assim, a consultoria jurídica orientou as empresas a encaminharem cartas para o INSS, o Ministério Público e para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sobre as dificuldades encontradas. Pede ainda que solicitem a relação de pessoas portadoras de necessidades especiais com certificado de habilitação ou reabilitação expedido na forma da lei e que guardem cópia

dessas correspondências entregues, com os respectivos protocolos para apresentar aos fiscais, quando exigido o preenchimento do percentual de vagas para deficientes.

A consultoria também sugeriu que os sindicatos abram um cadastro para que as empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores possam ter um banco de dados para consulta sempre que precisarem contratar portadores de necessidades especiais. Por fim, recomenda que, se após todas essas providências, a empresa ainda for autuada por descumprir a Lei, deverá entrar com uma ação judicial de nulidade.

Excelência

A Fenavist sempre trabalhou com o objetivo de alcançar a excelência nas atividades desenvolvidas. Este ano, deu um passo muito grande rumo a essa conquista. A Federação incentivou todos os sindicatos filiados a participarem do I Ciclo do Sistema de Excelência em Gestão Sindical (SEGS) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O SEGS é uma ferramenta que avalia o desempenho das federações e sindicatos. A Fenavist, que participou de todas as etapas, teve a

oportunidade de conhecer a qualidade dos processos desenvolvidos tanto dentro quanto fora da entidade. Dessa forma, identificou os pontos fortes e já busca meios de solucionar as falhas. Em 2009, a Federação participará do II Ciclo, com exigências ainda mais rígidas.

A Fenavist foi também a coordenadora dos dois encontros do Grupo de Executivos dos Sindicatos das Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg), promovido em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac). O grupo se reuniu em Florianópolis-SC e em Manaus-AM. As atividades tiveram entre os objetivos a troca de informações e a difusão de métodos e estratégias que colaboram com o desenvolvimento, o fortalecimento e a profissionalização da atividade sindical.

Inovação

No dia 17 de outubro, a Fenavist apresentou, no auditório do Edifício CNC em Brasília, a conceituada palestra "O Seu Direito de Não Ser Vítima", ministrada pelo diretor-jurídico do Sindesp/GO, Ivan Hermano Filho. O evento é o primeiro de um ciclo de palestras a ser promovido pela Federação. Estiveram presentes profissionais de diversas áreas de atuação, representantes de empresas e entidades como CNC, Correios, Unesco, Infraero, CNI, entre outras. Com uma abordagem diferenciada sobre segurança pessoal, o palestrante apresentou um estudo, ministrado há mais de 30 anos na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália, que contradiz a orientação de passividade diante do bandido e instiga a vítima a tomar uma atitude inteligente, capaz de

minimizar as conseqüências de uma abordagem criminosa.

Internacional

Com o intuito de buscar e conhecer novas tendências, tecnologias e serviços aplicados no setor, a Fenavist promoveu, entre fevereiro e março, uma missão empresarial oficial à França e à Espanha, por ocasião do Salón Internacional de La Seguridad (SICUR), promovido pela Feira de Madri (Ifema). Com uma comitiva formada por 60 pessoas entre empresários da atividade, autoridades governamentais e convidados, a viagem proporcionou um amplo intercâmbio de infor-

mações. Já no mês de outubro, a Federação esteve presente ao VI Congresso Panamericano da Federação Panamericana de Segurança Privada (Fepasep), realizado nos dias 8 e 9 de outubro, na Guatemala. O evento contou com a participação de empresários da segurança privada, funcionários públicos, oficiais das forças armadas e da polícia, acadêmicos e consultores internacionais, todos centrados na discussão sobre os rumos da atividade. O congresso, promovido pela Câmara de Segurança da Guatemala, teve em seu quadro de palestrantes o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, que falou para repre-

Fotos: Divulgação



Presidente da Fenavist foi homenageado com prêmio Destaque

sentantes de várias partes do mundo a respeito dos impactos da globalização para o setor. Outro brasileiro a fazer uma apresentação foi o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Adelar Anderle.

Parceiros

A Fenavist também prestigiou eventos de seus associados e entidades parceiras, como o Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação (Eneac), que aconteceu em Santa Catarina; o Lançamento da Campanha contra a Clandestinidade do Sindesp-PR; o Encontro da CNTV na Região Norte, em Palmas-TO; o Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo (FESP); a Comemoração dos 20 anos do Sindesp-MG; a Inauguração da Sede do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância de Pernambuco

(SESVI-PE); a Criação da Câmara Técnica de Regulação de Serviços Terceirizáveis também de Pernambuco, entre outras participações.

Homenagem

Tanta dedicação da Fenavist ao segmento de Segurança Privada rendeu ao presidente da Fenavist, Jefferson Simões, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Destaque da Segurança, na categoria Segurança Empresarial, concedido pela Revista Security – especializada em segurança e uma das mais conceituadas do País.

2009

O ano de 2009 promete ser ainda mais agitado. A aprovação do Estatuto da Segurança Privada continuará sendo prioridade. Novos eventos visando ao desenvolvimento

da atividade também serão realizados.

A terceira edição do Estudo do Setor de Segurança Privada (ESSEG) deve ser publicada. A estruturação e inauguração da nova sede estão a caminho, bem como mais uma edição dos Prêmios Mérito e Benemérito da Segurança Privada.

Uma bela festa em comemoração aos 20 anos da Fenavist já está sendo planejada. Mas, também, não podemos nos esquecer das audiências, reuniões e eventos que a federação continuará a participar, do atendimento aos sindicatos e empresas associadas; de uma nova missão internacional à Espanha, com o intuito de participar; do Congresso Mundial; da manutenção da parceria com a Polícia, entre outros projetos que prometem auxiliar no crescimento da atividade. ♡



Je da Segurança

Marcos Félix, presidente do Sindesp- ES

“Hoje a Fenavist fechou o ano com chave de ouro. Pude observar que, este ano, a federação buscou se profissionalizar e acordou. Passou a criar discussões que nos levam a refletir melhor a atuação do segmento em nossos estados. Além disso, tenho que ressaltar o brilhante desempenho do nosso presidente Jefferson Simões, que sabe nos representar com competência. Acredito que o presidente levou as discussões da nossa classe a âmbito nacional.”

José Adir Loiola, presidente do Sesvesp

“Para ser sincero, estive meio distante no primeiro semestre. No segundo, passei a atuar mais e percebi uma ebulição nas atividades da Fenavist. Passamos a ter mais motivação e criar temas para o segmento discutir. A entidade passou a defender leis favoráveis para o segmento. Um exemplo dessa melhora é este evento que aconteceu hoje, foi muito válido na defesa da categoria. A partir de agora, a federação tem atuado de forma mais ativa e os associados podem combater leis que impeçam o crescimento do setor.”

Sebastião Divino, vice-presidente para assuntos do Centro-Oeste da Fenavist

“Tive o prazer e a oportunidade de acompanhar o trabalho da Fenavist nestes últimos 20 anos, e desde a fundação, venho percebendo claramente seu crescente desempenho. Quanto ao ano vindouro, aguardo com muita expectativa a aprovação do Estatuto da Segurança Privada em função do trabalho que vem sendo desenvolvido pela diretoria.”

Ivan Zanardo, *carisma e espírito de grupo*

Texto: Luís Augusto Evangelista

Sabedoria, carisma, espírito agregador são apenas algumas das palavras que poderiam definir o empresário catarinense Ivan Zanardo. No auge dos seus 67 anos bem vividos, dos quais mais da metade dedicada ao segmento de Segurança Privada. Natural da cidade de Joaçaba-SC, Zanardo, como é conhecido no meio, tem dos colegas de profissão respeito e admiração.

Filho de Joaquim Zanardo e Amélia Zanardo, possui na família um grande alicerce que mantém a sustentabilidade do grupo empresarial construído ao longo dos anos. Com a esposa Ligia, formou uma família sólida, na qual é pai de Sérgio Ricardo Zanardo, Solange Terezinha Zanardo e Marcos Antônio Zanardo, grande parceiro na administração das empresas.

Se com a família ele sempre vivenciou grandes alegrias, também na família sofreu a maior tristeza de sua vida, a perda da filha Solange, que atuava na direção das empresas com ele, em um acidente de carro que deixou marcas profundas em todos. Esse foi, sem dúvida alguma, o momento mais difícil enfrentado pelo empresário. No momento difícil da perda, surge uma outra característica intrínseca de sua personalidade: a fé. Com uma resignação inspiradora, Ivan Zanardo tem aos poucos reaprendido a se

sentir alegre e a viver a felicidade que a vida oferece.

Tendo na ética e no respeito às pessoas suas principais diretrizes de trabalho, com uma simplicidade inspiradora, valoriza todos os colaboradores independentemente do cargo que ocupam. "Sempre busco ser prestativo, atender todos de acordo com suas necessidades e dificuldades. Entendo que o sucesso das minhas empresas são as pessoas", completa.

Desde 1973 no mercado de segurança privada, ao longo dos anos se tornou um dos empresários mais importantes do Sul do país e, em momento algum, virou as costas para a coletividade. É defensor fiel da máxima de que a "união faz a força". Participou ativamente de todos os momentos importantes na evolução e desenvolvimento da atividade. Defensor nato do sindicalismo, acredita que a união da classe é o sustentáculo primordial em todas as atividades profissionais.

Para ele, os empresários devem unir forças, agregar valores por meio dos sindicatos que, ao longo dos anos, têm desenvolvido um excelente trabalho, em busca de parcerias com todos os órgãos ligados à segurança. "Nós, empresários, temos muito ainda que contribuir e apoiar o nosso representante maior, que é o

Sindicato regional e, como consequência, nossa federação."

A certeza de que o sindicalismo é o caminho a ser seguido tem raízes no início de sua trajetória. Segundo ele, a Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação, que posteriormente se transformou em Sindicato na Área de Asseio e Conservação (Seac-SC) e também de Segurança Privada (Sindesp-SC), foi parceira fundamental em seu crescimento.

Sua trajetória sindical, tão vitoriosa quanto a empresarial, começou em 1984, quando da fundação da Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação de Santa Catarina, no cargo diretor. Em 6 de setembro de 1989, o empresário foi um dos fundadores do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de SC.

Em dezenove anos de existência do Sindesp-SC, tem trabalhado com afinco em todas as ações empreendidas. Da entidade que representa a Segurança Privada no estado, sempre fez parte da diretoria. Além disso, assumiu o cargo de presidente nas gestões: 1991/1996 e 2001/2004. Atualmente, exerce o cargo de vice-presidente e delegado Oeste.

Sua atuação sindical não fica restrita



apoio a favor da Segurança Privada



apenas à esfera estadual. Nacionalmente sempre participou das principais discussões do segmento. Na Fenavist, desde o começo da entidade, como diretor ou não, sempre participou ativamente dos projetos da entidade. Na federação, exerceu o cargo de vice-presidente da região Sul por vários mandatos. Na atual gestão, é vice-presidente para Assuntos Intersindicais.

Com uma experiência de mais de três décadas, Zanardo viveu de tudo um pouco dentro da atividade. Segundo ele, a passagem do controle da segurança privada das mãos das secretarias estaduais de segurança para o Ministério da Justiça foi um momento delicado e exigiu bastante atenção.

A forma de pensar também mudou em decorrência de aspectos como as grandes mudanças na área tecnológica e, principalmente, a celeridade da informação. A falta de uma lei rigorosa capaz de atender às exigências de um mercado cada vez mais competitivo, sem contar o alto grau de responsabilidade das empresas prestadoras de serviços perante seus clientes, são alguns dos quesitos que ajudaram na formação da forma como ele enxerga e define o mercado hoje.

“Vejo que o setor é um enorme

gerador de empregos, com alto poder de responsabilidade, por isso precisa urgentemente de nova legislação, principalmente que coíba a prática da clandestinidade, empresas aventureiras sem um mínimo de responsabilidade na execução dos serviços, o que compromete a imagem do setor, de empresas devidamente autorizadas e fiscalizadas pela Polícia Federal, que cumprem com rigor suas obrigações em conformidade com a Legislação. Outro fator importante é a busca incessante pela qualificação profissional, portanto devemos investir cada vez mais, não apenas na formação do vigilante, que já é estabelecida por lei, mas também em cursos específicos nas áreas que compõem a segurança privada.”

Para ele, o reconhecimento dos pares é uma de suas maiores alegrias ao longo da vida. “Sinto-me feliz por ter a minha trajetória empresarial e principalmente a sindical reconhecida em prol do nosso segmento.”

O empresário expressa em seu semblante tranqüilidade e, ao mesmo tempo deixa transparecer firmeza em todas as decisões. Diz que, se algum dia tivesse chance de tomar decisões para melhorar o setor sem depender de aprovação de políticos, órgãos reguladores e fiscalizadores, “Criaria um convênio que pudesse abranger

todas as pessoas ligadas à segurança, para discutir, cada um com o seu papel, situações da segurança, assunto tão sério e importante em nosso dia-a-dia. Não podemos esquecer que, amanhã, a vítima pode ser qualquer um de nós, o que requer pensar melhor sobre isso, fortalecer e aproximar as instituições representativas, buscar apoio e participação constante do empresariado. Criaria, também, situações que aos poucos melhorassem a imagem do nosso segmento e dessem a ele maior visibilidade, por meio do fortalecimento de nossas ações com parcerias”.

Com toda a sabedoria e experiência que adquiriu ao longo dos anos, o empresário prega o incentivo à participação do empresariado nas ações do sindicato, da federação, de instituições representativas. “Somente com muita união, persistência, tolerância, companheirismo, dedicação, trabalho coletivo, conseguiremos melhorar ainda mais a nossa atividade, para maior geração de empregos, responsabilidade social, auxiliando e apoiando os demais órgãos ligados à segurança. Não podemos pensar em segurança de forma isolada. A parceria é de fundamental importância para aperfeiçoarmos e melhorarmos cada vez mais a prestação de serviços em nosso segmento.”

No caminho da excelência em gestão sindical

Fenavist participa do I ciclo para implantação do SEGS

■ Texto: Gleuber Vilela

Na busca por excelência, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) vem participando, junto com os sindicatos associados, dos ciclos para implantação do Sistema de Excelência em Gestão Sindical (SEGS). O SEGS foi desenvolvido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e tem o intuito de promover o desenvolvimento e o profissionalismo da gestão sindical.

Para o assessor-técnico do departamento de planejamento da CNC, Luciano Santana, a Fenavist teve uma atuação satisfatória no primeiro ciclo para a implantação do SEGS. “É uma sistemática nova para as federações e sindicatos. Ninguém conhecia o sistema. De certa forma, teve um atraso na implantação, mas tudo dentro do esperado”, comenta Santana.

Em setembro, a federação cumpriu mais uma etapa rumo à excelência, ao concluir o ciclo 2008 da implantação do SEGS. Esse passo foi dado no dia 26 de setembro, na Fecomércio do Distrito Federal, com a realização do Encontro Regional de Multiplicadores, que surgiu diante da necessidade observada pelos participantes do SEGS de compartilhar os sucessos e as dificuldades encontradas durante a implantação do Sistema.

O assessor-técnico do departamento de planejamento da CNC, Luciano



II encontro dos multiplicadores do SEGS

Santana, mediu o encontro. Estiveram presentes representantes das federações participantes do SEGS na região Centro-Oeste e Bahia, bem como da Fenavist, Fecomércio-DF, Fenacon, Fecomércio-BA, Fecomércio-GO, Febrac e Fecomércio-MT.

Na abertura, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) falou sobre a importância da excelência em gestão na esfera sindical e parabenizou a todos os participantes pela iniciativa da troca de experiências para alinhar o trabalho por essa busca pela qualidade. Houve apresentação de casos de sucesso de cada entidade participante, evidenciados com a implantação de boas práticas de gestão alinhadas ao

SEGS, e também das dificuldades encontradas na implantação e realização das atividades do Sistema.

O encontro proporcionou aos participantes a oportunidade de traçar um plano de ação comum para as entidades e de corrigir o rumo no processo de implantação das melhorias.

Segundo o assessor da CNC, a atuação da Fenavist é essencial para implementação do SEGS nos sindicatos. “É fundamental criar uma sistemática para acompanhar os sindicatos.” Luciano ainda destaca que os sindicatos ganharam muito com os encontros do Grupo de Executivos dos



Sindicatos das Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg). Para ele, a proposta do Geasseg está alinhada com o SEGS e pode proporcionar uma melhoria na satisfação dos associados e, assim, aumentar a sustentabilidade.

Com isso, os sindicatos e a Federação estão preparados para participar do próximo ciclo, que acontece em 2009. A CNC espera que na próxima etapa tenha uma melhora no contato com os sindicatos que aderiram. A Confederação também conta com o apoio da Fenavist para buscar os sindicatos que ainda não aderiram ao Sistema de Excelência Sindical.

O SEGS

O Sistema de Excelência em Gestão Sindical (SEGS) está baseado no Prêmio Nacional de Qualidade e alinhado com os principais padrões mundiais de gestão de excelência, adaptado para entender a realidade das entidades sindicais e tem como objetivos: permitir às entidades identificar o grau de desenvolvimento (maturidade) das entidades sindicais nos aspectos: associativismo, representatividade, estrutura diretiva, gestão financeira e produtos e serviços oferecidos; capacitar os líderes em práticas gerenciais de reconhecida excelência, que possibilitem incrementar a atuação dos Sindicatos e Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; possibilitar o compartilhamento de práticas gerenciais de sucesso; e proporcionar o crescimento individual dos líderes e executivos sindicais e, consequentemente, das entidades e das empresas representadas.

Ao todo, o projeto considera oito critérios: Liderança, Estratégia e Planos, Clientes (Produtos e Serviços), Sociedade, Informação e Conhecimento, Pessoas, Processos, e Resultados.

O Sistema de excelência está dividido em ciclos anuais, em que os participantes devem respeitar um cronograma e participar de todas as

etapas, que são: Implantação, Treinamento, Avaliação, Avaliação Cruzada, Plano de Melhoria e Execução. Além disso, no primeiro ciclo, realizado este ano, todos estão inseridos no nível I, em que o Guia de Excelência estabelece 45 questões como indicadores, divididos em oito critérios, dos quais é possível atingir, no máximo, 250 pontos.

Histórico

Em 2008, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores participou de forma atuante no primeiro ciclo de implantação do Sistema de Excelência. A Fenavist espera ser uma das primeiras federações a atender a todos os requisitos do sistema.

O primeiro passo para a difusão e utilização do SEGS foi a apresentação do projeto aos participantes do Congresso do Sicomércio, em novembro do ano passado, no Rio de Janeiro-RJ. Em 2008 deu-se o segundo passo. Os consultores da CNC visitaram as bases das

federações para que seus colaboradores entendessem o processo e ajudassem na divulgação aos sindicatos. Feito isso, a Fenavist reuniu em Recife-PE, no dia 27 de junho, os presidentes de sindicatos de todo o Brasil, para expor a importância do sistema. Aproveitou, ainda, para pedir que as lideranças enviassem à federação os executivos dos sindicatos que, por intermédio do site do projeto www.portaldocomercio.org.br, aderiram ao programa, para receberem o treinamento de avaliadores, já que eles serão responsáveis por fazer o primeiro diagnóstico da entidade que representam.

Desse modo, entre os dias primeiro e dois de julho, estiveram reunidos em Brasília, na sede da federação, os executivos de sindicatos representantes dos estados de Minas Gerais, da Bahia, de Goiás, do Distrito Federal, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio grande do Sul, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte, de São Paulo, além de colaboradores da Fenavist e Febrac, para receberem o treinamento de avaliadores. ▼



Presidentes de sindicatos recebem sobre informações do SEGS, durante evento em Recife-PE

Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada & Processos Punitivos - Importância de sua entidade de classe



Wagner Jorge
Vice-presidente da Fenavist para assuntos jurídicos e institucionais

O dia-a-dia das empresas de segurança é cheio de detalhes que precisam ser observados e seguidos à risca, ou elas estarão sujeitas a penalidades previstas na legislação específica.

Caso algo saia dos padrões definidos, estão previstas penalidades que podem variar de advertências a cancelamento da autorização de funcionamento, passando por multas de 500 a 5.000 Ufirs.

A Polícia Federal, órgão regulador da atividade de segurança, por meio de suas Delesps e Comissões de Vistoria, verifica a observância dos critérios e, quando algo previsto na legislação não se confirma, é aplicada a penalidade. No entanto, divergências sobre o motivo da autuação acontecem.

Por exemplo, se uma empresa possuir em seu quadro mais de 5% e menos de 20% de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida, ela pode ser multada em 500 até 1.250 Ufirs; mas, e se a própria Polícia Federal ainda não emitiu a CNV, tempestivamente cobrada?

Se todos os documentos foram enviados e o excesso de trabalho atrasa o andamento das emissões de CNV, a empresa não pode ser multada. O mesmo acontece quando a empresa comunica furto, roubo, extravio ou recuperação de armas ao Departamento de Polícia Federal (DPF), mas, por algum motivo, essa comunicação não é verificada em uma primeira análise. Enfim, inúmeros são os motivos de divergência entre o órgão fiscalizador e os administrados.

Quando isso acontece, o organismo

responsável por definir – por meio de votação – se a punição será aplicada e qual sua extensão é a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP).

Criada em 8 de dezembro de 1995, a CCASP tem a finalidade de colaborar com o DPF na aplicação da legislação específica vigente.

O que talvez, porém, não seja de conhecimento de todos é que a Federação Nacional das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), uma das entidades representadas na CCASP, coloca à disposição das empresas, por meio dos sindicatos, a possibilidade de apresentarem mais esclarecimentos antes do julgamento, inclusive com voto-vista.

É necessário, no entanto, que a empresa apresente motivos e fatos contundentes que a levaram a considerar indevida a imputação da proposta de penalidade.

Caso haja motivos comprovadamente fortes e plausíveis, o processo poderá ser arquivado ou ter sua penalidade abrandada.

Claro que os processos irão passar pelo crivo de todos os participantes, mas as empresas podem contar com a manifestação da Fenavist, que, se bem municiada legal e documentalmente, poderá ajudar a formar o convencimento dos demais membros.

Não se pode olvidar que a característica mais interessante da CCASP é seu caráter democrático. Dela participam e têm direito a voto em caso de empate o diretor-



executivo do DPF (que pode ser substituído pelo coordenador-geral de Controle de Segurança Privada); um representante do Comando do Exército, um representante do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); um representante da Federação Nacional dos Sindicatos das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); um representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV); um representante da Confederação Nacional dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores e dos Trabalhadores em Serviços de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Cursos de Formação e Especialização de Vigilantes, Prestação de Serviços e seus Anexos e Afins (CNTV-OS); um representante da Federação Nacional das Associações de Bancos (Febraban); um representante da Associação Brasileira dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV); um representante da Confederação Nacional dos Bancários (CNB); um representante da Associação Brasileira de Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis); um representante da Federação dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância Privada, Transporte de Valores, Similares e Afins do Estado de São Paulo (Fetravesp); um representante do Sindicato dos Empregados no Transporte de Valores nas bases de Valores e Similares do Distrito Federal (Sindvalores-DF); e um representante da Associação Brasileira dos Profissionais em Segurança Orgânica (ABSO).

Além de definir as questões punitivas, a Comissão ainda tem como

atribuições estudar e propor soluções para o aprimoramento das atividades de normatização e fiscalização dos serviços privados de segurança, afetos ao Departamento de Polícia Federal; examinar e opinar, conclusivamente, quando consultada pelo coordenador central de Polícia sobre os processos que digam respeito à autorização para funcionamento de empresas especializadas e empresas que executam serviços orgânicos de segurança; à autorização para aquisição de armas, munições, equipamentos e petrechos para recarga; a currículo para os cursos de formação de vigilantes; à normatização e regulamentação das atividades desempenhadas pelas empresas de segurança privada e empresas que executam serviços orgânicos de segurança, e a planos de segurança referentes aos estabelecimentos financeiros; examinar e opinar sobre as questões de convênios a que se refere o artigo 52 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, entre outros assuntos correlatos.

Desde a sua constituição, mais 7.500 processos foram examinados, instruídos e julgados, sobre as mais variadas situações e infrações.

Nas próximas edições escreverei outros artigos sobre o tema, tais como rotinas, avaliações e outras de interesse da categoria, visando democratizar ao máximo o conhecimento sobre o assunto. Caso sua empresa tenha interesse específico no assunto, deverá se comunicar com seu Sindicato ou com a Fenavist pelo e-mail fenavist@fenavist.org.br ou pelo telefone (61) 3327 5440.▼

**Empresas atuadas
devem reportar à sua
entidade de classe todos
os fatos que possam
melhor orientar o voto do
representante perante a
Comissão Consultiva**

SINDICATOS

Ceará

Sindesp-CE e Polícia Federal lançam campanha

No último dia 28 de novembro, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE), em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Sindicato dos Trabalhadores do Estado, lançou campanha de combate às atividades clandestinas na segurança privada. Estiveram presentes à cerimônia o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada Substituto da PF, Rodrigo de Andrade Oliveira; o superintendente regional da Polícia Federal no Ceará, Aldair Rocha; o presidente do Sindesp-CE, Urubatan Estevam; o presidente do Sindvigilante-CE, Geraldo da Silva Cunha; e empresários, entre outros, ligados à atividade.

Bahia

Sindesp-BA realiza campanha de Natal para entidade beneficente

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (Sindesp-BA) realiza neste mês a campanha de Natal para o Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (NACCI). O objetivo da campanha é arrecadar, até o dia 10 de dezembro de 2008, alimentos não perecíveis, roupas, eletrodomésticos, computadores, entre outros. O NACCI é uma entidade beneficente que auxilia na hospedagem e alimentação de crianças carentes com câncer, que moram no interior e precisam de tratamento nos hospitais de Salvador. As pessoas que quiserem ajudar devem ligar para o Sindesp-BA. O sindicato providenciará a recolha. No dia 10 de dezembro de 2008, haverá a entrega dos donativos ao NACCI com a lista de nomes de todos os doadores.

Amazonas

Sindesp-AM combate a clandestinidade

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Amazonas (Sindesp-AM), sob a presidência de José Pacheco, lançou, no último dia 16 de outubro, em parceria com a Polícia Federal, campanha de conscientização sobre segurança privada. Estiveram presentes ao evento o coordenador-geral de Controle de Segurança Privada da PF, Adelar Anderle; o superintendente da Polícia Federal no estado; o chefe da Delesp-AM; representantes dos sindicatos patronal e laboral; o Ministério Público; a Delegacia Regional do Trabalho; o governo do estado, entre outros. A campanha teve ações durante todo o mês de novembro.

Paraná

Sindesp-PR realiza o 1º Esep

Com a intenção de discutir as ações da entidade, bem como traçar estratégias para o próximo ano, além de promover a confraternização de final de ano, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) realizou, entre os dias 20 e 23 de novembro, o 1º Encontro das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Esep), que reuniu empresários do segmento e seus familiares na Pousada Pedra da Ilha, praia da Penha – SC. Com uma dinâmica bastante moderna, o evento agradou a todos os participantes.

Goiás

Sindesp-GO celebra conquistas

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Goiás (Sindesp-GO), em parceria com o Seac-GO e a Ageps, promove no dia 10 de dezembro o tradicional jantar de confraternização das entidades. Os presidentes Lélvio Vieira Carneiro do Sindesp-GO, Edgar Segato do Seac-GO, e Aledino Luiz Montes da Ageps receberão os convidados no salão de festa Maison Florency. Os anfitriões vão homenagear personalidades que colaboram com o desenvolvimento da atividade com o troféu "Amigos da Classe".



São Paulo

Sesvesp realiza III Fesp

Com o tema Perspectivas Jurídicas e Econômicas, Gestão e Motivação Pessoal, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) promoveu o III Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo (FESP). Nos dois dias do III Fesp, muitas autoridades compareceram ao Hotel Estância Atibainha & Resort para participar das palestras e trocar suas experiências com os mais de 100 empresários de segurança privada sobre os desafios e tendências do setor. Como palestrantes do III Fesp estiveram o jornalista Celso Ming, o publicitário Tom Coelho, o consultor em Administração, Fernando Cerrado, que abordaram assuntos como legislação trabalhista, sustentabilidade, governança corporativa, utilização do tempo, cenário político e econômico, além de comportamento.

Pernambuco

Sesvi-PE promove festa de confraternização

O Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Pernambuco (Sesvi-PE) promoveu, no último 28 de novembro, festa de confraternização entre os associados. Embalados por boa música, que agradou a todos os gostos e idade, os participantes se divertiram com os grupos de animação. Os associados foram surpreendidos com sorteio de pacotes de viagem para Fernando de Noronha-PE, Natal-RN, Porto de Galinhas-PE, além de uma viagem para Buenos Aires, na Argentina, com passagens aéreas, hospedagem, traslado e *City Tour*.

Santa Catarina

Sindesp-SC discute clandestinidade

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina (Sindesp-SC) foi um dos participantes do 1º Encontro de Segurança da Capital (Enseg), que aconteceu no dia 14 de agosto, em Florianópolis-SC. Os limites que separam a atuação dos órgãos de segurança pública e privada e os perigos da segurança privada clandestina – que pode favorecer a formação de milícias, à margem da lei – foram alguns dos temas discutidos no encontro. O evento, promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança da Baía de Canavieiras, contou ainda com a participação de representantes da Polícia Militar, da Polícia Federal, do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis e São José, além de empresários e entidades representativas da sociedade civil.

Minas Gerais

Sindesp-MG comemora 20 anos

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG) comemorou, no último dia 22 de agosto, em Ouro Preto-MG, os 20 anos de sua fundação. Empresários, representantes das gestões anteriores, de sindicatos da categoria de outros estados e também da Fenavist estiveram presentes. A festa em grande estilo lembrou o caminho percorrido pela entidade desde sua criação. Em homenagem aos 20 anos, o público presente recebeu uma publicação especial intitulada os “20 anos Ontem e Hoje”, elaborada especialmente para a ocasião. Empresas filiadas e personalidades que marcaram a história do sindicato foram premiadas como parte das comemorações.

Respeito aos trabalhadores



**Orlando
Guerreiro Maia**

Graduado em Gestão de Segurança Pública e Privada e pós-graduado em Gestão Ambiental pela FGV, Orlando Guerreiro Maia, 47 anos, atua no mercado de Segurança Privada desde 1997. Em 2000, criou sua empresa. Com o intuito de fortalecer o setor de Segurança Privada, se associou ao Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Curso de Formação do Estado do Amazonas (Sindesp-AM). Desde 2001, o empresário ocupa o cargo de diretor-financeiro da entidade. Entre outras conquistas, participou da comissão uniforme para negociação das Convenções Coletivas de Trabalho, que visa dar prosseguimento aos interesses coletivos, respeitando os direitos trabalhistas. Participou ainda da elaboração da Tabela de Salário, um anexo da CCT, cujo objetivo é dar transparência aos direitos dos trabalhadores perante a sociedade e, reduzir, assim, em 80% as reclamações trabalhistas. Além disso, Orlando defende a manutenção do bom relacionamento com o Sindicato laboral, o que minimiza os problemas do setor, principalmente no combate às empresas clandestinas e na coerência das empresas associadas para não praticarem preços inexequíveis.

Novos objetivos



**Edson
da Silva Torres**

Edson da Silva Torres, 51 anos, atua no mercado de segurança privada há 24 anos. Depois de exercer o cargo de diretor em vários mandatos, assumiu, neste ano, a direção do Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Cursos de Formação do Estado do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ). Empresário respeitado em seu estado, entre outros motivos pelo sucesso de sua empresa, embora estando há poucos meses na direção da entidade carioca, já começa a obter grandes vitórias. Foi em sua gestão que o Sindesp-RJ conquistou o deferimento de liminar que determinou à Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro se abster de autuar e multar as Empresas de Segurança Privada filiadas ao sindicato no que diz respeito à obrigatoriedade de contratação de menor aprendiz. Para os próximos anos, Torres vislumbra metas com as quais pretende contribuir para o desenvolvimento e a profissionalização da atividade de segurança privada. Entre seus objetivos constam: exaltar a prestação de serviços de vigilância legalizada, acirrar a punição das empresas clandestinas e valorizar a imagem do vigilante.

Trabalho em conjunto



**Oziel Matos
Carneiro**

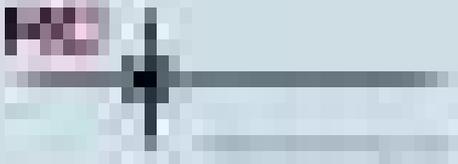
Há 18 anos na atividade de segurança privada e há um como presidente do Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores e Segurança Privada do Estado do Pará (Sindesp-PA), Oziel Matos Carneiro, 47 anos, é dono de uma das empresas mais respeitadas do estado. À frente do Sindesp-PA, Oziel vem fazendo um trabalho conjunto com o sindicato laboral, para melhoria das atividades do segmento. Neste ano, o empresário inaugurou a sede própria da entidade e, com isso, pretende, além das atividades administrativas, criar uma agenda de cursos, seminários e ações que engrandecem o setor e o tornem mais profissional. Estabeleceu também convênios com instituições universitárias e outras associações para aperfeiçoar o nível profissional dos associados e colaboradores. Agora, sua meta é montar uma campanha para contratação segura e desenvolvimento de uma agenda social da categoria e de outros setores que o sindicato possa auxiliar.

A favor do diálogo



**Ladislau Paulino
Campos**

Ladislau Paulino Campos, Coronel Campos como é mais conhecido, com a experiência dos seus 59 anos, iniciou sua trajetória na segurança privada dando assessoria e treinamento às empresas do estado. Em 1986, fundou sua empresa. Faz parte da diretoria do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo (Sindesp-ES) desde 2001. Atualmente, ocupa o cargo de vice-presidente. Tem trabalhado no sentido de estreitar o relacionamento e entrosamento com a Polícia Federal e todos os demais órgãos de Segurança Pública do estado do Espírito Santo. Sempre incentivou e motivou as empresas a se filiarem ao Sindesp-ES. Conquistou os prêmios de Líder Empresarial no ramo de Segurança Privada em seu estado nos anos de 2006 e 2007. Sempre em busca de novos conhecimentos, participou da Missão Empresarial Fenavist este ano, quando teve a oportunidade de conhecer como atua a segurança privada nos países europeus.



ΕΡΓΑΣΙΑ

ΕΡΓΑΣΙΑ

FEN Negocios

10 años de experiencia



¡Hola! Soy [Nombre] y me encanta [Actividad].
[Contenido desenfocado]

